

Documento N° 145
Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial

A Agricultura Familiar No Brasil

Sergio Schneider
Abel Cassol

Septiembre, 2013

Este documento es el resultado del Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo coordinado por Rimisp – Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, y fue posible gracias al financiamiento del International Development Research Centre (IDRC, Canada). Se autoriza la reproducción parcial o total y la difusión del documento sin fines de lucro y sujeta a que se cite la fuente.

Cita:

Pereira, M. Soloaga, I., *con la colaboración de* Bravo, E. 2013. Trampas de pobreza y desigualdad en México 1990-2000-2010. Serie Documentos de Trabajo N° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile.

Autores:

Sergio Schneider, profesor asociado, Departamento de Sociología, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

Abel Cassol, investigador, Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural-GEPAD/CNPq, Porto Alegre, Brasil.

Rimisp en América Latina (www.rimisp.org)

Chile: Huelén 10, Piso 6, Providencia, Santiago, Región Metropolitana
| Tel. +(56-2)2 236 45 57 / Fax +(56-2) 2236 45 58

Ecuador: Av. Shyris N32-218 y Av. Eloy Alfaro, Edificio Parque Central, Oficina 610, Quito | Tel.+(593 2)
3823916 / 3823882

México: Yosemite 13 Colonia Nápoles Delegación Benito Juárez, México, Distrito Federal | Tel/Fax +(52) 55
5096 6592

ÍNDICE

1. Introdução.....	1
2. A agricultura familiar no Brasil – significado atual e origem histórica.....	3
3. O debate atual sobre a agricultura familiar no Brasil	9
3.1. A institucionalidade e os atores políticos da agricultura familiar no Brasil	13
4. Metodologia e fonte de dados do estudo.....	17
4.1. Elaboração da tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares	19
5. Análise dos dados e Resultados.....	25
5.1 Tipologia da Agricultura Familiar e Características dos Estabelecimentos.....	27
5.1.2 A produção nos estabelecimentos familiares	30
5.1.3 Destinos das vendas e da produção dos estabelecimentos agropecuários familiares	33
5.1.4 Área dos estabelecimentos agropecuários familiares	35
5.1.5 Perfil sócio-ocupacional dos estabelecimentos agropecuários familiares	37
5.1.6 Inserção econômica e composição das receitas dos estabelecimentos familiares	40
5.1.7. Características dos Produtores e suas Famílias.....	47
5.2. Estabelecimentos “Sem Receita”	49
5.2.1 Distribuição e localização territorial dos estabelecimentos agropecuários familiares brasileiros sem receitas	54
5.2.2 Composições das receitas do produtor e da família e interações sociais dos estabelecimentos agropecuários familiares sem receitas agropecuárias	64
6. Conclusões do Relatório.....	72
7. Recomendações de Políticas para Agricultura familiar.....	78
8. Agradecimentos	80
9. Referências.....	80

A Agricultura Familiar No Brasil

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos há avanços muito claros na direção de uma melhor definição e compreensão das características e do significado do grupo social formado pelos pequenos proprietários de terra que trabalham mediante o uso da força de trabalho dos membros de suas famílias, produzindo tanto para seu autoconsumo como para a comercialização, e vivendo em pequenas comunidades ou povoados rurais.

A principal mudança que vem alterando as visões e as representações sobre os camponeses e os agricultores familiares refere-se ao reconhecimento de sua enorme diversidade econômica e heterogeneidade social. Na verdade, não há surpresa nisto, pois esta categoria social sempre foi genuinamente diferenciada.

Mas o que está mudando é o reconhecimento e a compreensão de que é possível pensar processos de desenvolvimento rural a partir da diversidade econômica e heterogeneidade social destas categorias. No passado, especialmente nas décadas de 1960/1970, vicejavam teorias e referências políticas que pretendiam adaptar ou reduzir a diversidade social dos camponeses e agricultores a certos modelos ou padrões de desenvolvimento. Atualmente, parece que estas referências foram colocadas de cabeça-virada, pois é cada vez mais claro que é preciso deduzir ou induzir as dinâmicas de desenvolvimento a partir das economias reais e não a partir de fórmulas pré-concebidas.

É no contexto da (re)valorização da ruralidade, do reconhecimento do papel das economias locais e do potencial das dinâmicas territoriais de desenvolvimento que o papel da agricultura familiar ganha força. A crise dos modelos de desenvolvimento, lastreados tanto nas ideologias do ajuste estrutural como das propostas de mudança revolucionária, criou espaço para que experiências bem sucedidas de inserção social e econômica baseadas na agricultura familiar mostrassem sua potencialidade.

Portanto, não se trata da retomada de um “velho debate” sobre o qual muito já se discutiu, plasmado na clássica questão sobre o papel da pequena produção no desenvolvimento do capitalismo agrário ou da modernização agrícola.

Pelo contrário, trata-se de entender porque, afinal, depois de décadas de condicionantes pouco favoráveis, as formas de trabalho e produção familiares não apenas não

desapareceram no meio rural, mas em muitas situações conseguiram se fortalecer e mesmo desenvolver novos mecanismos de reprodução social e inserção econômica.

Obviamente que não estamos falando de uma análise estática ou meramente morfológica, pois a agricultura familiar acompanha e é afetada pelas transformações sociais mais gerais. A transformação social não é, portanto, um processo exógeno ou alheio a agricultura familiar, razão pela qual estas unidades têm se tornado mais diversas e heterogêneas. Neste sentido, uma análise da transformação da agricultura familiar pressupõe também uma análise da mudança rural como um todo e vice-versa.

Este documento, que toma a agricultura familiar do Brasil como universo empírico de análise, tem por objetivo central contribuir para compreender melhor sua diversidade econômica e as características da sua heterogeneidade social. Os dados do Censo Agropecuário de 2006, que pela primeira vez na história do Brasil ousou segmentar os estabelecimentos agropecuários em familiares e não-familiares, forneceu o estímulo e as condições para que uma análise mais detalhada da agricultura familiar brasileira fosse possível. Não é sem motivo que o Brasil se tornou uma referências nos estudos sobre a agricultura familiar, sendo este o tema que tem gerado alguns dos mais interessantes e criativos trabalhos no âmbito dos estudos rurais (ALVES e ROCHA, 2010; KAGEYAMA, BERGAMSCO e OLIVEIRA, 2011; NAVARRO e CAMPOS, 2013).

Malgrado a variedade de concepções, estes estudos têm interpretado e questionado o futuro da agricultura familiar no Brasil, e ainda que cheguem a conclusões contraditórias e proponham políticas e estratégias contrastantes, todos estão contribuindo para a afirmação desta categoria social. Tanto isto é verdade que o portfólio de proposição de (novas) políticas públicas voltadas ao meio rural brasileiro que focaliza a agricultura familiar vai desde o acesso a terra, ao crédito e às tecnologias como também alcança os mercados, a produção de alimentos saudáveis e a promoção da soberania e segurança alimentar.

Para dar consecução ao objetivo central assim definido, procedemos à elaboração de uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares brasileiros utilizando indicadores da produção (mais especificamente o valor da produção apurado) e de renda, para a qual utilizamos os dados sobre as fontes de ingresso agrícolas e não-agrícolas. A metodologia do trabalho se baseia na utilização de dados secundários do Censo Agropecuário brasileiro, que nos forma disponibilizados mediante solicitação de tabulações especiais elaborados por técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sem estes dados e a boa vontade para realização repetida de testes não teria sido possível construí resta análise que acreditamos contribui para compreender melhor as características da agricultura familiar do Brasil.

O relatório está estruturado em seis seções para além desta introdução. Na segunda seção apresentamos uma descrição sucinta e quase superficial (em face do espaço disponível) dos antecedentes históricos e políticos da agricultura familiar no Brasil, assim como informações sobre o significado atual atribuído a esta categoria. Na terceira seção fizemos um resumo sobre o essencial do debate atual sobre a agricultura familiar no país e apontamos algumas dimensões de sua institucionalidade política. A seção quatro está reservada à discussão da metodologia utilizada na elaboração da tipologia construída. Na quinta seção apresentamos a análise dos dados e os principais resultados obtidos. A seção seis é dedicada às principais conclusões derivadas dos dados analisados. Finalmente, a sétima seção apresenta recomendações e apontamentos de políticas públicas para a agricultura familiar.

2. A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL – SIGNIFICADO ATUAL E ORIGEM HISTÓRICA

A agricultura familiar representa o setor numericamente majoritário do agro brasileiro. O dados do último Censo Agropecuário do IBGE (levantados em 2007 tendo o ano base 2006) mostraram que o Brasil possuía em 2006 um total de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários dos quais 4.367.902 poderiam ser classificados como de agricultores familiares¹. Isto significa que a agricultura familiar representa 84% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros e ocupa uma área de pouco maior de 80,3 milhões de hectares, o que representa 24,3% da área total dos estabelecimentos rurais brasileiros (Tabela 1). A contribuição da agricultura familiar para produção agropecuária não é pequena, pois 38% do valor da produção e 34% do total das receitas do agro brasileiro advém deste setor. Apesar dos estabelecimentos não familiares representarem apenas 16% do total de unidades, ocupam 76% da área de terra e geram a maior parte do valor da produção (62%) e da receita (66%).

¹Os primeiros resultados do Censo Agropecuário de 2006 foram publicados em 30 de setembro de 2009. Vale notar que isto se deve à complexidade da coleta de dados em um país com as dimensões continentais do Brasil.

Tabela 1. Caracterização dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, segundo a classificação da agricultura familiar/Lei 11326 – Brasil, 2006

Características	Agricultura Familiar		Agricultura Não-Familiar	
	Nº	%	Nº	%
Número de Estabelecimentos	4.367.902	84%	807.587	16%
Área (milhões de Hectares)	80,3	24%	249,7	76%
Mão-de-bra (milhões de pessoas)	12,3	74%	4,2	26%
Valor da Produção (R\$ bilhões)	54,4	38%	89,5	62%
Receita (R\$ bilhões)	41,3	34%	80,5	66%

Fonte: França, C.G.; Del Grossi, M.E.; Marques, V. (2009)

Na comparação com os dados do Censo Agropecuário anterior de 1995/96, processados por Guanzirolli et alii (2012), percebe-se que houve relativa estabilidade na variação do número de estabelecimentos classificados como agricultores familiares entre os dois Censos. Entre 1995/96 e 2006 houve um pequeno aumento no número de estabelecimentos assim como na proporção da área ocupada do valor da produção produzido pelos agricultores familiares. Vale notar que a própria estabilidade destes indicadores pode ser comemorado, pois os Censos anteriores apontavam invariavelmente a redução destes indicadores².

Tabela 2. Evolução das Principais Variáveis da Participação da Agricultura Familiar (%) entre 1996 e 2006 - Brasil

Variável	1996	2006
% de Estabelecimentos Familiares	85,17	87,48
% da Área dos Estabelecimentos Familiares	30,48	32,36
% de VBP dos Estabelecimentos Familiares	37,91	39,68
% do Pessoal Ocupado Total dos Estabelecimentos Familiares	76,85	77,99

Fonte: Guanzirolli et alii. (2012, p. 357) Elaboração dos autores com base em IBGE, Censos Agropecuários 1995-1996 e 2006. Tabulações especiais.

No que se refere aos indicadores de acesso à tecnologia, no entanto, as diferenças entre as duas décadas foram mais marcantes. Entre 1995/96 e 2006 o uso de tecnologia aumentou entre os agricultores familiares no Brasil, especialmente no que concerne ao acesso a energia elétrica, uso de força motriz mecânica e o acesso à assistência técnica, que passou

²França, Del Grossi e Marques (2009, p. 9) alertaram para possíveis problemas na comparação dos dois Censos, especialmente em relação à subestimação da área cultivada e da mão-de-obra ocupada chamam a atenção de que “A análise comparativa dos resultados do Censo Agropecuário 2006 com o Censo 1995/1996 deve levar em consideração algumas mudanças metodológicas. Uma delas refere-se à mudança do período de coleta de dados, que passou do ano agrícola para o ano civil (...) A rigor, a mudança metodológica adotada significa que os dois censos mais recentes não são estritamente comparáveis em todos os seus quesitos.”

de 16,67% para 20,88%. Não obstante este avanço, ainda há indicadores que surpreendem, como os 38,8% de estabelecimentos que declararam fazer uso da força motriz animal.

Tabela 3. Proporção dos Agricultores familiares que usam componentes relativos à modernização da agricultura - Brasil

Variáveis Seleccionadas	1996	2006
Utiliza assistência técnica	16,67	20,88
Associado à cooperativa	12,63	4,18
Usa Energia Elétrica	36,63	74,10
Usa Força Animal	22,67	38,75
Usa Força Mecânica	27,50	30,21
Usa Força Manual	49,83	31,04
Usa Irrigação	4,92	6,23
Usa adubos e corretivos	36,73	37,79

Fonte: Guanzirolli et alii. (2012, p. 360). Elaboração dos autores com base em IBGE, Censos Agropecuários 1995-1996 e 2006. Tabulações especiais.

Não obstante o seu significado e relevância atual, e mesmo sua influência e projeção em outros países, notadamente na América Latina, a agricultura familiar pode ser considerada um fato novo até mesmo no Brasil (MANZANAL e SCHNEIDER, 2011). A rigor, antes da década de 1990, a própria referência à agricultura familiar era quase inexistente no país, uma vez que os termos usualmente utilizados para qualificar e identificar essas categorias sociais eram os de pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda.

O surgimento e o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil é muito recente e deve-se à três fatores igualmente importantes. O primeiro tem a ver com a retomada do papel do movimento sindical após o fim da ditadura militar; o segundo está relacionado ao papel dos mediadores e intelectuais, especialmente cientistas sociais que debateram o tema no início da década de 1990; e o terceiro fator está relacionado ao papel do Estado e das políticas públicas, que passaram a reconhecer este setor e dar-lhe visibilidade a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

No que se refere ao papel do movimento sindical, é preciso notar que este retoma com força o seu lugar na política nacional com o fim da ditadura militar e inicia um conjunto de lutas e mobilizações por crédito, melhoria de preços, formas de comercialização diferenciadas, implementação da regulamentação constitucional da previdência social rural. Muitas destas lutas resultaram em conquistas políticas a partir do início da década de 1990, período em que o Brasil suplantou a “onda neoliberal” das reformas estruturais que afetada a América Latina, que perdeu ainda mais força devido o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello (eleito em 1989, seu governo estava previsto para ser de 1990 até 1994, mas foi destituído do cargo em 1992). O período de transição política (1992 até 1994) acabou fortalecendo as lutas dos movimentos sociais rurais organizados,

especialmente o sindicalismo, o que levou a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996 (decreto presidencial n. 1.946, 28/7/1996) e, mais tarde, com a Lei da Agricultura Familiar (lei n. 11.326) em 2006.

Para se compreender porque a categoria social agricultura familiar é um fato recente no Brasil e como se situa em relação ao conjunto da estrutura agrária, é preciso retomar um pouco a história, mesmo que sinteticamente. A formação do que hoje se denomina como agricultura familiar inscreve-se no processo mais geral de formação histórica da estrutura agrária dual que caracteriza a formação social do Brasil. Em larga medida, trata-se de compreender o próprio processo histórico de ocupação territorial e a formação da sociedade brasileira desde o período da colonização portuguesa.

Os Mapas a seguir mostram o processo ocupação territorial do Brasil, indicando a forma com que se deu a colonização do litoral para o *hinterland* e a forma de ocupação para produção. No século XVI foram instaladas as capitanias (núcleos de povoamento) em algumas regiões do litoral, especialmente do centro do país (São Paulo) para o Nordeste. No século XVII e XVIII inicia-se o processo de interiorização da ocupação da terra, o que implica na expansão da escravidão e na apropriação das terras devolutas, até então ocupadas por indígenas³. Até o século XVIII praticamente não havia o reconhecimento da pequena propriedade, situação que se altera com a chegada dos primeiros imigrantes de origem europeia (inicialmente alemães e depois italianos e outras etnias) em 1824 para o Sul do Brasil, trazidos pelo Império para formar pequenos núcleos de produção agrícola no regime de propriedade privada da terra.

A formação da propriedade privada da terra ganhou contornos mais definitivos somente a partir de 1850, com a promulgação da Lei de Terras, que definiu o direito privado de uso e reconheceu a propriedade da terra àqueles que estavam ocupando as áreas até então, sendo todo o restante do território declarado como terras públicas ou pertencentes ao Estado (Martins, 2004; Linhares e Teixeira da Silva, 1981). Com esse ato, eliminaram-se as formas de apropriação e distribuição da terra que ocorriam, inicialmente, por via da concessão de sesmarias e, num segundo momento, pela concessão de áreas destinadas ao assentamento de imigrantes vindos da Europa, tais como alemães (a partir de 1824), italianos (a partir de 1875) e outras etnias (especialmente, a partir da Proclamação da República, em 1889).

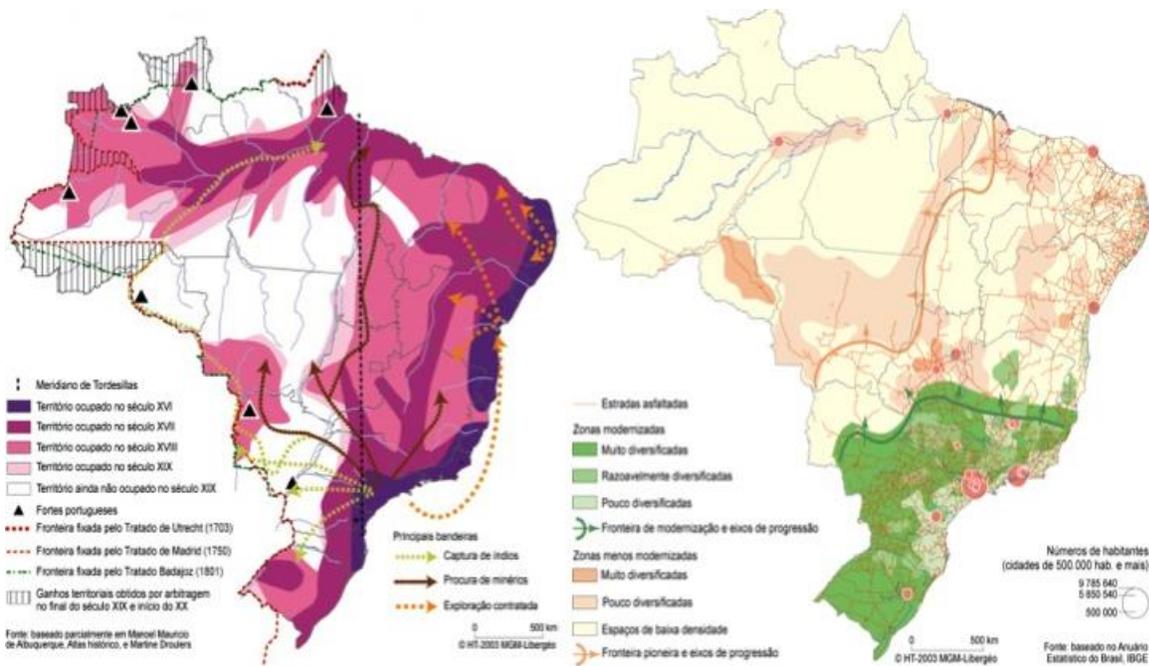
A forma de ocupação do território foi ao mesmo tempo causa e efeito do modelo de

³ Foram três os principais processos de interiorização: em Pernambuco, no Nordeste, em que se formou uma produção de cana-de-açúcar, na Bahia, na região do recôncavo, em havia uma área de produção agrícola diversificada, e em São Vicente, São Paulo.

economia agroexportadora que caracterizou o Brasil até pouco depois da Segunda Guerra Mundial. Até o final XIX, tendo como marco de referência a abolição da escravidão em 1888, este modelo era fortemente tributário do uso do trabalho escravo na produção primária, o que restringiu e limitou estruturalmente o aparecimento do campesinato ou da pequena produção inserida no mercado, o que somente ocorreu na região Sul do Brasil e em alguns outros enclaves do Sudeste.

Mas com o esgotamento da economia da cafeicultura para exportação no período entre as duas Guerras Mundiais e o aprofundamento crescente da industrialização por substituição de importações no pós-II Guerra Mundial, este cenário modifica-se radicalmente. A partir da década de 1950 emergem reivindicações por terra e direitos sociais em áreas e regiões que não haviam sido colonizadas por imigrantes europeus, como o Nordeste rural. Como resultado, em 1964, o Estado viu-se compelido a criar o Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 31/11/1964, Artº4), que legitimou o dualismo da formação agrária do Brasil mediante a classificação e segmentação dos estabelecimentos agropecuários em quatro categorias fundamentais, que eram o latifúndio (que podiam ser por extensão ou por exploração), as empresas rurais, as propriedades familiares e os minifúndios.

Durante o período do regime militar (1964-1984), este dualismo da formação agrária brasileira se ampliou e a concentração da terra se aprofundou, especialmente em razão dos efeitos do processo de modernização da agricultura. O Mapa a direita a seguir mostra que o processo de modernização agrícola se concentrou na região Centro-Sul do Brasil, onde se concentram os cultivos de grãos como soja e milho e também cana-de-açúcar, que são realizadas em grandes áreas. Tomando-se índice de Gini da concentração de terra no Brasil, percebe-se que este indicador se mantém estável desde 1975. Segundo Hoffmann e Ney (2010) “o índice de Gini apresenta forte estabilidade desde o Censo Agropecuário de 1975, variando de um mínimo de 0,855, em 1975, para 0,874 em 2006” (2010, p. 53).



FONTE: Théry e Mello (2005)

Não é surpresa, portanto, que a própria palavra “camponês” ou “campesinato” raramente tenha sido utilizada para qualificar os habitantes do rural no Brasil, que receberam as mais diversas denominações conforme a região de sua proveniência. Tomando-se o Brasil de norte a sul, é possível encontrar uma diversidade de definições para o que seria um camponês ou pequeno agricultor, tais como *colono*, *sitiante*, *morador*, *ribeirinho*, *geraiseiro*, entre outras. É muito frequente identificar um pequeno proprietário ou mesmo pequeno posseiro de terra com a denominação de *lavrador rural*, reservando-se a alcunha de “trabalhador rural” aos que desempenham atividades na condição de empregados⁴. O termo camponês, quando usado, era palavra que os mediadores políticos e intelectuais (sejam militantes do partido comunista na década de 1950 ou cientistas sociais que faziam estudos de comunidades rurais nos anos 1970) preferiam utilizar em suas referências. Obviamente que o interstício forçado da ditadura militar contribuiu para restringir e evitar que o interesse pelos camponeses amadurecesse e pudesse avançar no Brasil.

Neste contexto, não é difícil imaginar porque a denominação de camponês ou campesinato tenha ficado fora do dicionário político e institucional no Brasil. Somente a partir de 1985, com a redemocratização do país, que os movimentos sociais rurais, especialmente o sindicalismo rural, acompanhado por outros como o movimento ambientalista liderado por Chico Mendes, o movimento de resistência e oposição à construção de barragens, o

⁴ Este processo pode ser verificado tanto na formação do movimento sindical de trabalhadores rurais do Brasil na década de 1950, que utilizava a denominação de movimentos de lavradores, como na própria legislação, que em 1963 cria o Estatuto do trabalhador Rural.

movimento de mulheres rurais e, sobretudo, o movimento dos trabalhadores sem-terra (MST) recuperaram a voz aos trabalhadores rurais (Navarro, 1996; Houtzager, 2004; Carter, 2010). Esse processo esta na base das “raízes históricas da formação do campesinato brasileiro (Wanderely, 2009).

3. O DEBATE ATUAL SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Conforme mencionado, a década de 1990 marca o início de um conjunto de transformações sociais, econômicas e políticas, que vão criar espaço e condições favoráveis à emergência, legitimação e consolidação da agricultura familiar no Brasil. Este contexto é formado por alguns aspectos que precisam ser adequadamente situados. O primeiro deles se refere ao alcance da estabilidade macroeconômica e o controle da inflação, através do Plano Real de 1993. O segundo condicionante está relacionado as diretrizes da nova Constituição de 1988, que criou as bases legais e institucionais para descentralização das políticas públicas e conferiu mais espaço para participação dos atores da sociedade civil na políticas públicas. E o terceiro refere-se à retomada do papel do Estado na regulação e governança das políticas e iniciativas (Schneider, 2010; Abramovay e Morello, 2010; Sallum Jr., 2003).

Em termos didáticos pode-se dividir as duas últimas décadas da história recente do Brasil em três fases no que concerne ao debate político e intelectual sobre a agricultura familiar.

A **primeira fase refere-se ao (re)descobrimto da agricultura familiar** e pode ser cronologicamente circunscrita ao período 1990 até 1995⁵. Este período é marcado pela afirmação política e acadêmica da categoria agricultura familiar, que encontrou espaço para sua afirmação tanto no âmbito do movimento social e sindical quanto na academia (Picolotto, 2011; Favareto, 2006; Santos 2001). Pelo lado sindical, havia dois movimentos em curso. De um lado, o início da década de 1990 revelava uma crise de legitimidade sindical da vertente majoritária formada pela CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Esta crise estava relacionada a concorrência pela representação política com outros movimentos sociais emergentes (especialmente o MST, Movimento dos Sem Terra), a dificuldade de encontrar respostas aos efeitos da abertura comercial neoliberal e, sobretudo, aos problemas decorrentes do desgaste da noção “trabalhador rural”, que já não era confortavelmente aceita pelos dirigentes sindicais dos Estados Sul do Brasil, onde o processo de colonização com imigrantes europeus permitiu a formação da pequena propriedade rural autônoma, que foi fortalecida pelo processo de modernização agrícola dos anos 1965-1983. Esta crise de representação do sindicalismo

⁵ É sempre complicado fixar datas quando se pretende indicar períodos históricos aproximados. Mas, no caso da primeira fase aqui referida, a demarcação dos anos se refere a publicação do livro de José Eli da Veiga, em 1991, e da consolidação da aliança entre CONTAG e DNTR/CUT, que ocorreu no IV Congresso da CONTAG, em 1995 (Favareto, 2006; Picolotto, 2011).

oficial leva a uma aliança política inédita da CONTAG com o Departamento dos Trabalhadores Rurais da CUT (Central Única dos Trabalhadores, a central sindical criada por Lula) em 1995.

Por outro lado, o movimento sindical ligado a CONTAG foi um dos poucos movimentos políticos a apoiar o Governo de transição de Itamar Franco, que assumiu logo após o impeachment de Collor de Mello. E por conta dessa proximidade, logrou a conquista de uma Secretaria Especial para o Desenvolvimento Rural, dentro do Ministério da Agricultura, que passou a ser o espaço de montagem das primeiras políticas para a agricultura familiar, especialmente o PROVAPE (Programa de Valorização da Pequena Produção) que foi o embrião do atual PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), criado apenas em 1996.

Mas esta primeira fase do debate sobre a agricultura familiar no Brasil também é marcada pela afirmação desta categoria social entre os estudiosos do universo acadêmico (Schneider, 2010). O início da década de 1990 foi um período particularmente fértil e estimulante em que apareceram vários estudos, livros e pesquisas que produziram um verdadeiro deslocamento teórico e interpretativo em relação à agricultura familiar. Os trabalhos de Veiga (1991), Abramovay (1992) e a coletânea organizada por Lamarche (1993, 1994) mostraram a importância das formas familiares de produção nos países capitalistas avançados e apresentaram importantes revisões teóricas e conceituais, que foram fundamentais ao debate política da época, influenciando atores sociais, mediadores e gestores públicos. Estes autores tiveram influência decisiva em um documento que viriam a ser a referência sobre a agricultura familiar no Brasil, que foi relatório da consultoria que ficou conhecido como projeto FAO/INCRA (1994). Este estudo foi fundamental porque classificou os estabelecimentos rurais brasileiros segundo a forma de uso do trabalho (familiar versus contratado ou assalariado), sugeriu uma tipologia que separava a agricultura familiar (consolidados, em transição e periféricos) da patronal e deixou como legado um conjunto de sugestões de políticas agrícolas e fundiárias para esta categoria social. A partir deste trabalho ganhou fôlego o reconhecimento teórico e político da agricultura familiar, influenciando outros estudos a mensurar o tamanho e o papel da agricultura familiar no Brasil com base no Censo Agropecuário (Guanziroli et.al.; 2001).

A **segunda fase da agricultura familiar** no Brasil inicia-se em 1996, com a criação do PRONAF, e estende-se até 2006, tendo como marco a institucionalização da agricultura familiar através da Lei 11.326 (24 de Julho de 2006). Neste interstício a agricultura familiar consolida-se no campo político institucional tornando-se a categoria social que atrai a maior parte dos programas e políticas de desenvolvimento rural. O PRONAF é a mais importante das políticas para a agricultura familiar no Brasil e empresta grande visibilidade ao conjunto da agricultura familiar do Brasil. O PRONAF foi criado em 1996 (Decreto nº 1.946) com quatro modalidades que são o financiamento da produção, financiamento de infraestrutura

e serviços municipais, capacitação e qualificação dos agricultores familiares e financiamento da pesquisa e extensão rural (Mattei, 2011). Segundo Schneider, Mattei e Gazolla (2004), o PRONAF sofre vários ajustes e adaptações, sendo a mais expressiva a estratificação em grupos de agricultores familiares em 1999, segmentados de acordo com o nível da renda bruta familiar anual. Segundo Mattei (2011), além dessa mudança, houve ainda a criação de linhas específicas para públicos especiais (mulheres, jovens, para o semiárido, para agroecologia, etc) e, mais recentemente, a criação do PRONAF sistêmico, que elimina a segmentação por grupos (Aquino e Schneider, 2011)⁶.

Em 2003, quando Lula passa a governar o Brasil, o PRONAF foi inserido no Programa Fome Zero como uma das suas ações estruturantes e passou a ser sucessivamente ampliado, mediante o aumento de recursos e a criação de novas modalidades. Somente para o ano de 2012, foram destinados R\$18 bilhões (cerca de 8,5 bilhões de dólares) de reais ao Pronaf. Entre 2002/03 e 2011/12 o PRONAF recebeu cerca de R\$ 82 bilhões de reais (Toledo e Schneider, 2013). A partir do PRONAF e mesmo na interface com este, outros programas e políticas para a agricultura familiar foram sendo criados ou redesenhados. Para citar apenas dois, vale referir o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2004 para responder aos problemas de comercialização e acesso aos mercados da agricultura familiar, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que já existia mas que foi reorganizado de tal forma que o fornecimento da produção pelos agricultores familiares passa a ter condições especiais, como a obrigação dos municípios que precisam comprar no mínimo 30% de produtos para alimentação escolar dos agricultores familiares (Schneider, Shiki e Belik, 2010).

Mas a afirmação institucional de maior alcance que a agricultura familiar obteve entre 1996 e 2006 certamente foi a aprovação da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, também conhecida como Lei da Agricultura Familiar (Del Grossi e Marques, 2011). Esta legislação define como agricultor familiar ou empreendedor familiar rural aquele que atende, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha mais que quatro módulos fiscais⁷, utilize predominantemente mão de obra de sua própria família em suas atividades econômicas, tenha renda familiar predominantemente de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento e dirija o seu estabelecimento com a família (BRASIL, 2006).

⁶ A Resolução 3.559 do CMN, de 28.03.2008, extinguiu as categorias C, D e E para fins de acesso aos mecanismos de financiamento do programa, mantendo apenas os grupos A, B e A/C para fins de enquadramento funcional do PRONAF.

⁷ O módulo rural é calculado para cada imóvel rural em separado, e sua área reflete o tipo de exploração predominante no imóvel rural, segundo sua região de localização.

Entre os vários desdobramentos que a Lei da agricultura familiar proporcionou⁸ destaca-se a realização de um levantamento estatístico censitário, através do Censo Agropecuário de 2006, que com base na definição legal, segmentou o universo dos estabelecimentos agropecuários entre familiares e não-familiares, o que permitiu conhecer em profundidade e rigor as características das unidades familiares do agro brasileiro, as quais serão utilizadas de forma desagregada neste relatório.

A **terceira fase do debate sobre agricultura familiar** no Brasil compreende o momento atual. Na falta de um fato marcante para determinar o seu início, arrisco a dizer que a divulgação do Caderno Especial do Censo Agropecuário de 2006 com os dados sobre a agricultura familiar, que ocorreu em 30 de setembro de 2009, pode ser considerado o ponto de partida. A partir da publicação dos dados do Censo Agropecuário 2006 sobre a agricultura familiar estabeleceu-se um verdadeiro debate sobre o lugar e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento rural do Brasil. A razão para isto foram duas, mais especificamente. De um lado, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), órgão de representação sindical da agricultura não-familiar (também chamada no Brasil de patronal) contratou uma pesquisa e fez uma publicação com base nos dados do censo agropecuário que mostrava que havia um número muito expressivo de agricultores familiares enquadrados no PRONAF que tinham um valor de produção agrícola muito baixo, argumentando que isto justificaria que o crédito fosse repensado (FGV/IBRE, 2010 e Lopes e Rocha, 2005). Este argumento evoluiu e aparece na sua forma mais acabada no estudo de Alves e Rocha (2010), que mostra a existência de uma grande concentração do valor da produção em um grupo muito pequeno de estabelecimentos agropecuários, o que levou os autores a indagar se os investimentos em agricultura familiar e reforma agrária ainda faziam sentido num cenário em que os retornos monetários são muito abaixo dos custos de oportunidade oferecidos por de outras atividades⁹. Por outro lado, obviamente, mobilizaram-se os que defendem as políticas para a agricultura familiar e a reforma agrária (França, Del Grossi e Marques, 2009; Mattei, 2011; Schneider, Shiki e Belik, 2010).

⁸ Também vale a pena destacar que neste período verifica-se um boom nos estudos sobre agricultura familiar, que compreende a publicação de livros, artigos e, sobretudo, uma quantidade imensa de teses e dissertações, especialmente com estudos de caso sobre dinâmicas locais da agricultura familiar, com especial atenção sobre os efeitos do PRONAF (Mattei, 2011).

⁹ Segundo Alves e Rocha (2010), “pelo Censo Agropecuário de 2006, 423.689 estabelecimentos (8,19% do total) produziram – considerando-se a produção vendida mais o autoconsumo – dez ou mais salários mínimos (SM) mensais. Eles geraram 84, 9% do valor da produção total – dos 5.175.489 estabelecimentos. O que fazer com os outros 4.751.800, que têm renda bruta muito baixa? De fato, 579.024 estabelecimentos não registraram produção nenhuma, e 2.014.567 registraram valor de produção menor que meio SM (salário vigente em 2006, ano do censo). Os dois grupos correspondem a 50,11% dos 5.175.489 estabelecimentos apurados pelo censo. Estes dois grupos produziram apenas 0,90% da renda bruta total, incluindo o autoconsumo.”

O debate atual sobre agricultura familiar no Brasil opõe os que defendem o papel e o lugar da agricultura familiar numa estratégia de desenvolvimento rural *vis-a-vis* àqueles que sustentam que em face do padrão tecnológico exigido pela atividade agrícola moderna (também chamado de agronegócio), não haveria espaço para estas unidades se reproduzirem em condições sociais minimamente aceitáveis. O primeiro grupo articula-se em torno da própria noção ou termo agricultura familiar e suas interfaces com novos temas, tais como a contribuição da agricultura para segurança e soberania alimentar, a produção mais sustentável e assentada em um padrão técnico menos dependente de insumos químicos, entre outros argumentos (Gazola, 2004; Schneider; 2010). O segundo grupo também se alinha com o anterior, mas basicamente na crítica ao agronegócio e ao modelo agrícola hegemônico. Para se diferenciar do primeiro, movimentos sociais e acadêmicos recorrem ao termo camponês e campesinato como referência à sua identidade, e com isto acabam inclusive propondo o abandono ou a substituição da noção de agricultura familiar.

Esta vertente recebe importante suporte da Via Campesina internacional e do Movimento dos Trabalhadores Sem terra (MST) no Brasil, assim como de uma miríade de intelectuais e acadêmicos (Wanderley, 2003; 2009; Carvalho, 2005; Sabourin, 2009; Fernandes, 2011; Fernandes et.al., 2009). O terceiro grupo se distingue dos anteriores quer seja por adotar a expressão agronegócio com maior preferência ou mesmo por propor uma nova terminologia. Há portanto, duas perspectivas. De um lado estão aqueles que argumentam que não há diferença ou distinção entre agricultura familiar e outras formas de produção agropecuárias, sugerindo que os produtores de menor tamanho e escala fossem caracterizados como o “agronegocinho familiar”, um diminutivo do agronegócio em geral. Por outro lado, há os que questionam a própria pertinência conceitual e normativa da agricultura familiar, propondo inclusive a sua substituição pela denominação de “produção de pequeno porte econômico” (Navarro e Pedroso, 2011; Buainain, et ali. 2013).

3.1. A institucionalidade e os atores políticos da agricultura familiar no Brasil

Para compreender o lugar e o papel atual da agricultura familiar no modelo dual que caracteriza o desenvolvimento agrário do Brasil, e explicar como este setor alcançou força política e ampla legitimidade social, é preciso situar seu lugar na estrutura institucional do Estado assim como indicar os principais atores que lhe dão apoio e suporte.

O lugar da agricultura familiar na estrutura institucional que organiza a agricultura no Brasil é paradoxal e não facilmente explicável e tão pouco compreensível à audiência estrangeira. Vale notar que o Brasil é um dos poucos países do mundo que possui dois Ministérios

encarregados de temas rurais e agrícolas¹⁰. Existe o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além de um Ministério dedicado a Pesca e órgãos de fiscalização ambiental que estão no Ministério do Meio Ambiente.

O MAPA reivindica ser o Ministério da agricultura comercial e de grande porte econômico, dedicada ao agronegócio e mais voltado para exportação, ao passo que o MDA tem seu foco mais na agricultura familiar e na reforma agrária, com políticas e programas voltados a este público. No que concerne à agricultura familiar, ambos Ministérios possuem organismos com funções que afetam a agricultura familiar, como a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que executa os programas de aquisição de alimentos e formação de estoques, e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que produz tecnologias e inovações, ambos ligados ao MAPA. Já o MDA, criado em 1999 por Fernando Henrique Cardoso, possui o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que se ocupa das questões fundiárias em geral e da promoção da reforma agrária, e a assistência técnica, que não ainda não possui um órgão nacional (está em vias de criação a ANATER, Agencia Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, mas que ainda não foi aprovada pelo Congresso Nacional)¹¹. Como se percebe, não se pode afirmar categoricamente que o MDA seja o Ministério da agricultura familiar e nem que o MAPA seja exclusivamente dedicado ao agronegócio dos estabelecimentos não-familiares.

Não obstante, as principais políticas e programas que apoiam diretamente a agricultura familiar estão abrigadas no MDA. A política mais antiga e de longe a mais importante para a agricultura familiar no Brasil é o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que foi criado em 1996. Trata-se de uma política de crédito para custeio e investimento, que a cada ano é laçada no âmbito do Plano Safra da agricultura familiar, após as negociações entre o governo e os atores sociais. Neste ano de 2013, o Plano Safra da agricultura familiar terá um orçamento de R\$ 39 bilhões (o que representa uma expansão de mais de 400% desde 2003, primeiro ano do governo Lula), algo em torno de U\$19,2 bilhões. Mas há também o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 (Lei 10.696 de 2 julho) e a Lei 11.947 (16 de Junho) do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que estabelece a diretriz de que pelos menos 30% dos alimentos da serem adquiridos para a alimentação escolar devem vir da agricultura familiar. Existe ainda um espaço importante de representação política dos atores da agricultura

¹⁰ Outro país que possui dois Ministérios um para a agricultura e outro para o desenvolvimento rural é a Índia.

¹¹ Uma descrição didática e bastante completa da estrutura institucional dos Ministérios e órgãos do Brasil que se ocupam da agricultura e do desenvolvimento rural por ser encontrado em Bianchini (2012).

familiar, entre outros, que é o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF, criado pelo Decreto 4.854, de 08 outubro de 2003).

Esta descrição dos diferentes organismos e espaços do Estado brasileiro que atendem aos interesses da representação institucional da agricultura familiar foram criados majoritariamente a partir da primeira metade da década de 1990. Trata-se, portanto, de um processo relativamente recente e que somente pode ser compreendido em função da força política e da legitimidade social que alcançou a agricultura familiar no contexto brasileiros das últimas duas décadas. É possível afirmar que os agricultores familiares e suas organizações políticas, bem como alguns mediadores e organizações não-governamentais (ONGs), foram os principais atores que fizeram avançar as políticas de desenvolvimento rural no Brasil¹².

Entre os principais atores do meio rural brasileiro identificados com a agricultura familiar pode-se citar três organizações políticas mais importantes (Medeiros, 2001, 2010; Favareto, 2006 e Abramovay, 2007). A primeira, mais tradicional e antiga, é a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Trata-se da mais importante organização sindical que representa os trabalhadores rurais, que também tem em sua base agricultores familiares.

A CONTAG surgiu na década de 1950, mas somente em 1963 obteve o reconhecimento legal por meio do Estatuto do Trabalhador Rural, que determina a forma de estruturação do sindicalismo rural no Brasil¹³. A CONTAG teve um papel fundamental no apoio político do governo de Franco, em 1993-1994. Este reconhecimento abriu espaço para a formulação e implementação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Outro papel relevante da CONTAG no início da década de 1990 foi a organização de protestos a favor da regulamentação do direito constitucional pela aposentadoria de trabalhadores rurais (para os homens aos 60 e as mulheres aos 55 anos de idade).

A força política da CONTAG lhe confere o reconhecimento do Estado brasileiro, o que a torna a principal organização do campo brasileiro para dialogar e fazer a mediação com os governos, o que se expressa nas reivindicações (também conhecidas como “Grito da

¹² Em relação ao agronegócio existe algo muito similar: a CNA (Confederação Nacional da Agricultura e da Pecuária), criada em 1964, a OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), criada em 1969, e a ABAG (associação Brasileira do Agronegócio), foi criada em 1993. Para mais detalhes ver Bianchini (2102).

¹³ Pela Lei a estrutura sindical no Brasil se assenta em três níveis, que compreende os sindicatos locais por categoria sócio-profissional, que em geral são municipais, as federações regionais e as confederações nacionais.

Terra”) que a cada ano definem a agenda das negociações depolíticas para a agricultura familiar, que resultam na elaboração do Plano Safra da Agricultura Familiar.

Outro ator social importante do rural brasileiro identificado com a agricultura familiar é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que surgiu no início da década de 1980 no Sul do Brasil e nos anos 1990 tornou-se nacional, com forte papel de oposição e crítica aos governos. Sua atuação se dá basicamente junto aos pequenos produtores e trabalhadores rurais com pouca terra ou nenhum acesso à mesma, com a finalidade de reivindicar que as áreas improdutivas sejam expropriadas pelo Estado com base no dispositivo da Constituição que diz que cada estabelecimento deve cumprir sua função social de produzir. O MST é uma organização social bastante autônoma, que raramente compartilha ações políticas com outras organizações sociais, razão pela qual tem uma estratégia de pressão política contra o poder público que em geral se dá pelo enfrentamento e ocupação de espaços públicos. Em decorrência do sucesso dos programas sociais (como o Bolsa Família) que começaram a chegar ao meio rural com o governo Lula, o MST vêm experimentando uma redução na sua base política. Outra característica a ser destacada é que nos anos recentes o MST deu origem a outros movimentos e passou a obter o apoio de novas organizações sociais, como a Via Campesina (criada em 1992), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento das Mulheres Camponesas, cuja base social também são os camponeses. Por esta razão, o MST e estes outros movimentos preferem usar a identidade com a categoria camponato mais do que agricultura familiar propriamente.

O terceiro ator social rural do meio rural do Brasil é o mais diretamente identificado com a representação política dos agricultores familiares. A FETRAF (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar) é uma organização que se tornou uma federação nacional apenas no ano de 2005, tendo surgido a partir da divisão ocorrida dentro da CONTAG e por suas divergências em relação ao MST. A base social e política da FETRAF está situada mais fortemente nos três estados da região Sul do Brasil (especialmente em áreas onde predomina a agricultura familiar, como o Alto Uruguai, Rio Grande do Sul, Santa Catarina Oeste e Sudoeste Paraná) e alguns estados do Nordeste (PB) e da Amazônia, como o Pará. A FETRAF também possui importantes interfaces com outras organizações sociais rurais, particularmente no sul do Brasil, tais como a CRESOL (Cooperativa de Crédito Solidário) e as organizações das agroindústrias familiares que gravitam em torno da UNICAFES (União das Cooperativas da Agricultura Familiar em Economia Solidária).

Além desses atores, que estão diretamente relacionadas à representação da diversidade da agricultura familiar brasileira, há outras organizações de menor representatividade mas que também atuam como porta-vozes da agricultura familiar, como as ONGs que atuam em atividades de mediação e consultoria, especialmente sobre temas ambientais e referentes

às tecnologias alternativas. Da mesma forma, não se deve esquecer o papel da Igreja Católica, especialmente da Pastoral da Terra, e outras.

4. METODOLOGIA E FONTE DE DADOS DO ESTUDO

Conforme já destacado na introdução deste relatório, não há dúvidas entre estudiosos, especialistas e formuladores de políticas quanto à relevância da agricultura familiar no Brasil. O mesmo pode-se afirmar em relação à sua diversidade econômica e heterogeneidade social, que é reconhecida e auto evidente. Mas a questão a saber é sobre as características de sua diversidade e heterogeneidade a partir dos estabelecimentos existentes de fato. Na verdade, é chegado o momento de sair das teses e abstrações sobre a diversidade da agricultura familiar e partir para análise empírica desta diversidade, mostrando seu perfil e suas características mais importantes.

O interesse renovado e crescente pela agricultura familiar na América Latina e mesmo no mundo (haja vista o fato de que 2014 foi declarado pela ONU, através da FAO, o Ano Internacional da Agricultura Familiar) está relacionado à múltiplos aspectos, mas dois se destacam. De um lado, está cada vez mais evidente que ao se falar em agricultura familiar no contexto atual, não se está referindo ao campesinato tal como este era concebido nas décadas de 1960 e 1970. Os camponeses eram considerados os pobres rurais, pouco eficientes do ponto de vista econômico e ameaçados de desaparecimento pelo emergente capitalismo urbano industrial da época (sem contar que em alguns países eram considerados perigosos e incômodos por suas políticas e alinhamentos ideológicos)¹⁴. De outro lado, os agricultores familiares que estão ganhando destaque no momento atual não são aqueles diretamente identificados com os “familyfarmers” da América do Norte e da Europa do Norte, também conhecidos como agricultores “tipo farmer”, altamente tecnificados e produtores de monocultivos. Com exceção de algumas regiões e situações específicas, o estereótipo do “farmer americano” não corresponde à maioria dos agricultores familiares que existem no Brasil e nos demais países da América Latina.

Portanto, partimos da hipótese de que a agricultura familiar a que nos referimos não é nem estritamente camponesa e tão pouco essencialmente capitalista e/ou mercantilizada. O tipo social médio de agricultor familiar a que referimos constitui-se de uma família que trabalha em atividades agrícolas sob um pedaço de terra, em geral não muito grande, e nem sempre de sua propriedade legal. Este regime de trabalho em economia familiar gera uma produção agroalimentar que é utilizada para o auto abastecimento (também chamado de autoconsumo) mas também para a comercialização. Por serem famílias que vivem e

¹⁴ É claro que não somos ingênuos a ponto de desconsiderar outras dimensões que caracterizam o campesinato, notadamente sua diversidade cultural, a origem étnica e outras dimensões não-econômicas, que na verdade são os traços mais marcantes da identidade deste grupo social.

trabalham com menos terra que desejariam, parte da força de trabalho excedente é utilizada para o exercício de atividades não-agrícolas, na região ou fora dela, fazendo com que estas famílias tenham ingressos não-agrícolas, que em algumas situações chegam inclusive de outros países via remessas de parte dos salários e/ou ganhos que foram amealhados por algum membro do grupo doméstico que emigrou.

Não estamos falando, portanto, nem de economias fechadas nem completamente autárquicas, mas também não inteiramente inseridas e dependentes dos mercados das economias capitalistas para alcançar sua reprodução social (Schneider, 2010; Ploeg, 2008). Esta agricultura familiar forma, portanto, um gradiente, que vai de unidades que dependem mais da agricultura e das atividades agropecuárias para sua reprodução social, até aqueles que conseguem sobreviver de outras fontes de ingresso. O grande desafio, que este trabalho se propõe a enfrentar, é classificar este gradiente em tipos, tais como serão a seguir descritos.

A formulação de uma tipologia destas unidades visa, portanto, segmentar este universo social de tal sorte a compreender melhor a sua diversidade a partir de variáveis dependentes que possam fornecer informações sobre seu perfil e suas características. A metodologia que foi desenvolvida neste estudo teve como objetivo central atender a esta demanda e formular respostas a esta questão. É claro que estudos de caso e outras análises adicionais serão muito necessários *a posteriori* para se compreender melhor os fatores que contribuem para o processo de diversificação, para entender porquê regiões aparentemente parecidas possuem tipos de agricultura tão diferentes, entre outros temas que emergem.

O recorte metodológico deste estudo é, portanto, circunscrito a tentativa de compreender e descrever a diversidade da agricultura familiar no Brasil a partir da base de dados do Censo Agropecuário do IBGE, que para efeito de classificação da agricultura familiar adota a definição da Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. Segundo esta lei, é considerado familiar o estabelecimento agropecuário brasileiro que atenda, simultaneamente, os seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Ainda que sujeita a controvérsias e possíveis discordâncias teóricas e metodológicas, a opção pela definição normativa da agricultura familiar com base na Lei 11.326 não tem

pretensões analíticas, apenas descritivas. Assim, nos pareceu uma fortuna ter acesso a uma ampla base de dados estatísticos fornecidos pelo IBGE, com base no último Censo Agropecuário de 2006.

4.1. Elaboração da tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares

Para a elaboração da tipologia descritiva sobre a diversidade da agricultura familiar neste relatório foi utilizada a base de dados do Censo Agropecuário 2006, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Não foram utilizados os dados referentes ao Censo Agropecuário 1995/1996 em virtude das restrições de comparabilidade entre os dois períodos, haja vista que a divisão entre estabelecimentos agropecuários familiares e não-familiares não encontra-se presente no Censo de 1995/96.

No Brasil, há outros trabalhos que elaboraram tipologias da agricultura familiar a partir dos dados do Censo Agropecuário. O estudo INCRA/FAO (2001) foi o primeiro trabalho que fez uma análise dos estabelecimentos agropecuários brasileiros separando-os em estabelecimentos de agricultores familiares e patronais. Os agricultores familiares foram ainda segmentados em diferentes tipos a partir da renda total auferida e separados em grupos tomando como referência o valor da remuneração do trabalho (que usava o valor das diárias regional, mais 20%). A partir destes critérios os autores obtiveram quatro tipos de agricultores familiares, e afirmaram que seria possível “associar os tipos A, B, C e D, respectivamente, agricultores capitalizados, em processo de capitalização, em descapitalização e descapitalizados” (Incra/FAO, 2000, p. 41).

Infelizmente, conforme destacado por Del Grossi e Marques (2010) e França, Del Grossi e Marques (2012), os resultados do estudo INCRA/FAO não podem ser imediatamente comparados aos do Censo Agropecuário de 2006, porque sua metodologia baseia-se em definições (especialmente área e ocupação da força de trabalho) que são mais abrangentes que os critérios da Lei 11.326 para definir a agricultura familiar, que orienta as definições e a metodologia de pesquisa do Censo Agropecuário. Por esta razão, não será possível fazer a comparação entre os dados do Censo Agropecuário de 2006 com os da pesquisa FAO/INCRA 1995/96¹⁵.

Outro trabalho muito relevante é a tipologia apresentada por Kageyama, Bergamsco e Aier (2013), que também se utiliza de tabulações especiais do Censo Agropecuário de 2006 para mensurar a agricultura familiar brasileira, comparar seus indicadores de desempenho com os estabelecimentos não-familiares e mostrar como se dá sua distribuição regional. A variável central na tipologia deste trabalho das autores para elaboração tipologia é o uso

¹⁵ Para maiores informações sobre as metodologias adotadas, consultar os excelentes trabalhos de França, Grossi e Marques (2009) e Grossi e Marques (2010).

do trabalho, a partir do qual separam o grande grupo da agricultura familiar em familiares-assentados, exclusivamente familiares, familiares que contratam forma de trabalho e, como sua antítese, os não familiares, que podem ou não contratar outros trabalhadores.

A tipologia realizada neste trabalho também se apoia nos dados do último Censo Agropecuário. Vale notar que a decisão pela elaboração desta tipologia está alinhada com a demanda do FIDA para que se buscasse uma classificação da agricultura familiar a partir de variáveis que permitissem compreender o seu perfil econômico e que se pudesse comparar com outros países da América Latina, notadamente, México, Guatemala, Equador, Colômbia e Chile. Este foi, portanto, um elemento orientador importante no recorte metodológico adotado.

Em seu conjunto, a metodologia deste trabalho envolveu seis passos sequenciados e encadeados. O **primeiro passo** da metodologia consistiu em classificar os estabelecimentos agropecuários brasileiros entre aqueles que se utilizam predominantemente de força de trabalho da própria família (agricultura familiar) daqueles que utilizam predominantemente força de trabalho contratada (agricultura não-familiar).

Neste sentido, a unidade de análise que utilizamos neste relatório é o estabelecimento agropecuário. O foco da pesquisa foram os estabelecimentos agropecuários que utilizam mão-de-obra familiar, não importando a escala e a periodicidade de sua utilização. Ou seja, dentre as diferentes formas de produzir e trabalhar existentes no espaço rural optou-se pela escolha dos estabelecimentos nos quais a gestão do trabalho e da propriedade é feita por algum grupo social (família) ligado entre si por laços de parentesco ou consanguinidade. Portanto, os estabelecimentos agropecuários que não utilizam de mão-de-obra familiar não foram incorporados à análise deste relatório.

O **segundo passo** consistiu em classificar os estabelecimentos agropecuários familiares utilizando como critério central e discriminatório a receita/ingresso agropecuária do estabelecimento. A justificativa pela escolha desta variável foi o resultado das discussões realizadas pelos membros da equipe do projeto, e fundamentalmente se explica porque em alguns países (Colômbia e Equador) não havia informações censitárias disponíveis sobre a agricultura familiar e nem mesmo a possibilidade de separar este grupo do universo mais geral. Nestes casos, a opção foi a de utilizar as informações disponíveis a partir das pesquisas domiciliares, que contém informações sobre os ocupados por conta própria, que pode ser considerada uma *proxy* da agricultura familiar. Tendo em vista a necessidade de combinar o uso de fontes de dados censitários com as pesquisas domiciliares, considerou-se que a variável receita/ingresso agropecuário auferido poderia ser um indicador do desempenho econômico destas unidades. Além disso, esta variável poderia ser obtida tanto por aqueles que utilizam bases censitárias como aqueles que usam as pesquisas amostrais por domicílios.

Uma vez feito o acordo entre os seis países sobre a variável a partir da qual seriam classificados os estabelecimentos da agricultura familiar, o **terceiro passo** consistiu em estabelecer indicadores de corte para segregar grupos e criar os tipos pretendidos. Disso resultou a decisão de que os estabelecimentos que tinham receita predominantemente advinda de agropecuária (considerando-se “predominante” uma proporção acima de 51% sobre o total das receitas do estabelecimento) foram denominados **Estabelecimentos Familiares Especializados (EFE)**, enquanto que aqueles estabelecimentos cujas receitas da agropecuária situavam-se entre 21% a 50% sobre o total das receitas foram denominados **Estabelecimentos Familiares com Múltiplas Fontes de Receitas (EFMR)**. Finalmente, o terceiro e último tipo de estabelecimentos seriam aqueles em que a receita agropecuária era muito pouco expressiva, não passando de 20% sobre o total. Estes foram denominados de **Estabelecimentos Familiares com Residentes Rurais (EFRR)**.

A Tabela 04, a seguir, classifica o total de estabelecimentos agropecuários familiares brasileiros de acordo com a metodologia proposta.

Tabela 04 - Número e percentuais dos estabelecimentos agropecuários familiares, Brasil 2006, segundo tipologia

Tipologia	Total Estabelecimentos	de %
Estabelec. Familiares com Residentes Rurais	147.559	2,85
Estabelec. Familiares com Múltiplas Fontes de Receitas	66.235	1,28
Estabelecimentos Familiares Especializados	2.844.533	54,96
Sem classificação (sem receita agropecuária)	1.307.940	25,27
Total	4.366.267	84,36

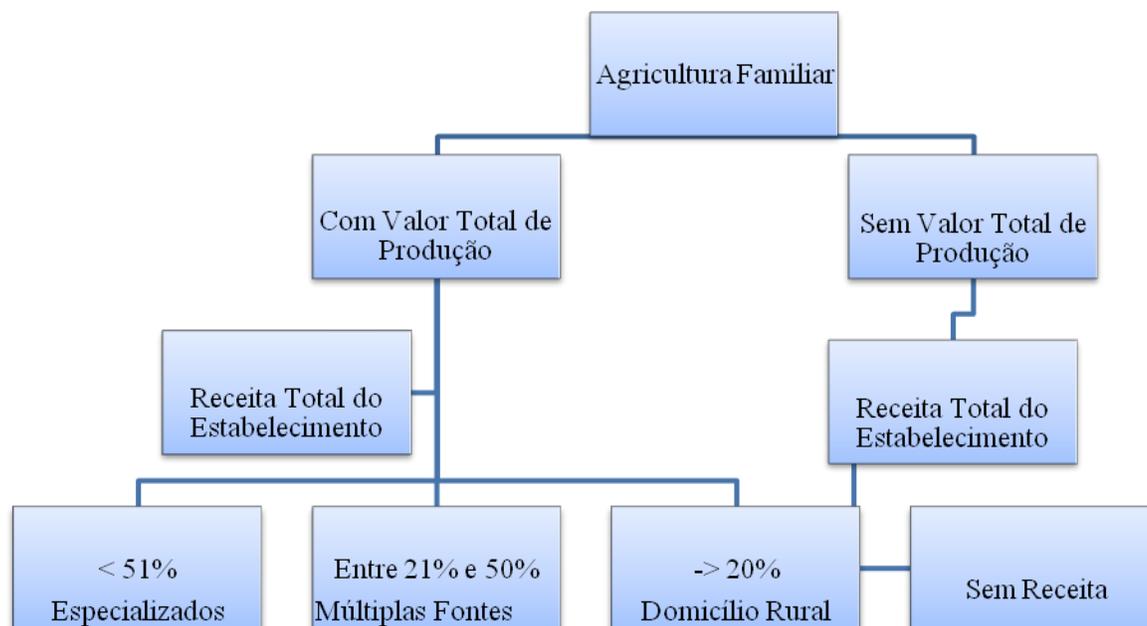
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Analisando os dados da Tabela derivada da classificação proposta observamos que 1.307.940, o que corresponde a 25,27% estabelecimentos, não obtiveram nenhuma receita agropecuária no ano, resultando na sua classificação fora dos grupos propostos pela metodologia. O número de estabelecimentos com múltiplas fontes de receita também ficou abaixo do esperado, o que acabou levando a novas discussões com colegas na busca pelo aperfeiçoamento da metodologia¹⁶.

¹⁶ Somos especialmente gratos aos colegas Professor Paulo Waquil e Professor Marcelo Conterato do PGDR/UFRGS, e Professor Mauro Del Grossi, da UNB, assim como ao Msc. Fabiano Escher por discutir conosco aspectos que ajudaram na definição destes indicadores. Mas foi a paciência e a ajuda indispensável de Henrique Noronha Figueiredo de Brito e Antonio Carlos Simões Florido, do IBGE, que permitiu lançar luzes sobre os impasses e avançar.

Após uma série de reflexões e avaliações, verificamos que haviam dificuldades¹⁷ e limites para trabalhar com o critério/variável receita agropecuária dos estabelecimentos agropecuários familiares. Por esta razão, partimos para um **quarto passo** na tipologia, que consistiu em classificar os estabelecimentos através do critério/variável valor total da produção agropecuária¹⁸ e depois pelo critério de receita total do estabelecimento. O organograma abaixo exemplifica esquematicamente a metodologia utilizada.

Figura 01: Tipologia Estabelecimentos Agropecuários Familiares no Brasil - 2006



Vale notar e esclarecer que a variável “valor total da produção” é a soma de toda a produção realizada pelo estabelecimento e convertida em valor monetário. Mas a grande questão, para a qual fomos alertados após a obtenção de toda a base de dados, é que existem estabelecimentos agropecuários que realizam/possuem produção que resulta de atividades agropecuárias, mas não a vendem. Este fato, que não é inusitado para os agricultores, especialmente para aqueles que praticam atividades não temporárias (exploração florestal, pecuária, etc) ou mesmo que sofreram com alguma adversidade climática, entre outros

¹⁷ Esta dificuldade, no caso brasileiro, advém do fato de que a receita agropecuária é mensurada a partir do montante do valor adquirido pelo estabelecimento com a venda da produção agropecuária, que é informada pelo próprio produtor. Desta forma, se o estabelecimento produziu, mas não comercializou sua produção, a receita agropecuária é zero.

¹⁸ Diferentemente da receita, o valor de produção é calculado a partir do montante produzido, sendo os valores da produção atribuídos através da média dos preços de cada um dos produtos produzidos na época da coleta dos dados, o que é feito pelo próprio IBGE.

fatores possíveis, precisa ser muito bem destacado para que não seja interpretado como sinal de ineficiência.

Isto faz com que haja dois grandes grupos entre o total dos estabelecimentos agropecuários classificados como familiares pelo último Censo Agropecuário do IBGE, aqueles que têm produção e receitas das atividades agropecuárias e um segundo grupo de estabelecimentos que têm produção mas não logra receitas desta porque não faz a venda ou deixa de declarar ao recenseador que houve venda.

Por esta razão, decidimos modificar a metodologia de classificação dos estabelecimentos passando a adotar primeiramente o critério de produção (através da variável Valor Total de Produção) e depois o critério das receitas (através da variável "Receita Total do Estabelecimento").

Ao escolher estas duas variáveis, acreditamos que haveria a possibilidade de que os estabelecimentos “sem classificação” se reduzissem entre as três categorias principais, já que o número dos estabelecimentos com valor de produção é maior do que os estabelecimentos com receita agropecuária.

Assim, a classificação final sugerida resulta dos seguintes critérios:

- a) Estabelecimentos familiares **ESPECIALIZADOS (EFE)** - compostos por aqueles estabelecimentos nos quais o resultado da divisão entre Valor Total da Produção e Receita Total do Estabelecimento fosse 50% ou mais do valor total da produção;
- b) Estabelecimentos familiares que possuem **MÚLTIPLAS FONTES DE RENDIMENTO (EFMR)** - estabelecimentos nos quais o resultado da divisão entre Valor Total da Produção e Receita Total do Estabelecimento ficasse entre 20% a 50% do valor total da produção e;
- c) Estabelecimentos familiares de **RESIDENTES RURAIS (EFRR)** - aqueles estabelecimentos nos quais a divisão entre valor total de produção e receita total do estabelecimento fosse menor ou igual a 20% do valor total da produção.

Na Tabela 05 pode-se verificar que a mudança na metodologia, apesar de ter distribuído de forma mais uniforme os estabelecimentos entre os três tipos com valor da produção agropecuária, aumentando aqueles com Múltiplas Fontes de Receitas, assim como os Residentes Rurais, também não alcançou o objetivo esperado, pois o número de estabelecimentos “sem classificação” permaneceu o mesmo.

Tabela 05 - Número e porcentagem de estabelecimentos agropecuários, por tipos de estabelecimentos, segundo agricultura familiar e não familiar, Brasil 2006

Tipologia	Agricultura Familiar		Agricultura Não Familiar		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
EFRR	237 926	5,45	45 735	5,65	283 661	5,48
EFMR	276 582	6,34	91 816	11,34	368 398	7,12
EFE	2 543 819	58,26	509 368	62,93	3 053 187	58,99
Semclassificação (semreceita)	1.307.940	29,95	162.450	20,07	1.470.390	28,41
Total	4 366 267	100,00	809 369	100,00	5 175 636	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Para compreender estas limitações é preciso analisar com acuidade a metodologia empregada pelo Censo Agropecuário 2006, que define a variável “Receita Total do Estabelecimento” [W423811] como a soma do Total da Receita com Atividade agropecuária [w423808] + Receitas outras não-agrícolas [W324809] + Receitas com prestação de serviços com empresas integradoras [W423600] + Receitas do produtor e da família [W423810] (IBGE, 2009).

Não obstante, ao consultar a fundo a metodologia e discutirmos com representantes do próprio IBGE, descobrimos que a variável “Receitas do Produtor e da Família”, da qual fazem parte as receitas recebidas com participações em programas de governos, aposentadorias, trabalhos fora do estabelecimento, doações e desinvestimentos, não são somadas ao Total da Receita do Estabelecimento. Em outras palavras, apesar de prever na sua metodologia uma variável que compusesse o Total das Receitas do Estabelecimento (Receitas geradas pelas atividades no interior da unidade produtiva + Receitas geradas a partir de atividades e participações dos integrantes da família), na prática, estas duas fontes distintas de receitas não podem ser somadas.

Isto explica a manutenção dos estabelecimentos “sem classificação”, os quais não possuem receitas no/do estabelecimento, ainda que tenham receitas com atividades do produtor e da família, as quais não são incorporadas à soma da Receita Total do Estabelecimento¹⁹. Desta forma, mesmo que primeiramente classificados pelo Valor Total de Produção, quando divididos pela Receita Total do Estabelecimento (que é zero), estes estabelecimentos ficaram “sem classificação”.

¹⁹ Conforme já mencionado, a não atenção a este ‘detalhe’ metodológico pode resultar em graves distorções de avaliação da produtividade dos fatores de produção da agropecuária, uma vez que ao não considerar as receitas do produtor e dos outros membros da família como parte dos ganhos que sustentam e viabilizam as unidades produtivas assim como deixar de fora do total do valor da produção agropecuária aqueles montantes que não foram vendidos (por não terem sido convertidos em produção para a venda) há um subestimação brutal da economia agropecuária de fato.

Em virtude do número considerável destes estabelecimentos (1.307.940), que não podem ser ignorados em nenhuma tipologia, e menos ainda quando representam quase um terço DO total (para ser mais preciso, 29,95%), decidimos prosseguir com a análise em relação aos três tipos que obtivemos e elaborar uma seção especificamente para analisar e tratar mais detalhadamente este grupo. Esta análise encontra-se em uma seção em separado deste relatório.

Finalmente, o **quinto e último passo** da metodologia empregada neste estudo consistiu em comparar e descrever os três grupos de estabelecimentos familiares classificados de acordo com variáveis relativas à produção agrícola, características dos estabelecimentos e dos produtores, acesso a ativos e outras informações que julgamos relevantes para qualificar o seu perfil. Ainda que tivéssemos os dados disponíveis por Estados da Federação, optamos por apresentar a distribuição destes tipos segundo as grandes regiões geográficas do Brasil.

5. ANÁLISE DOS DADOS RESULTADOS

O objetivo desta seção é apresentar os resultados da análise realizada a partir da tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares no Brasil. Conforme argumentamos na introdução, a realização deste estudo através da criação da tipologia proposta tem como objetivo analisar a heterogeneidade da agricultura familiar e reforçar a necessidade da criação de políticas públicas para estes distintos grupos.

Em seu conjunto, o universo dos 4.366.267 estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar brasileira pode ser dividido em três grandes grupos, sendo o mais numeroso formado pelos 2.543.819 unidades em que as receitas de atividades agropecuárias são a fonte majoritária de ingressos, representando em média 90,96% do total das receitas. O segundo grupo é composto por 276.582 de estabelecimentos familiares que possuem múltiplas fontes de receitas, sendo que o peso das receitas agropecuárias chega a 62,54% da receita total. O terceiro grupo de estabelecimentos familiares é formado por 237.926 unidades que denominamos de residentes rurais, pois a receita de atividades agropecuárias é de apenas 16,22% das receitas totais.

A Tabela 6, a seguir, resume as principais variáveis destes três tipos de estabelecimentos familiares. Entre os estabelecimentos familiares especializados, a produção vegetal representa 70,61%, mas também é significativa nos dois outros tipos, chegando a quase 50% em ambos. Destaque para a produção para autoconsumo, que representa 58,23% entre os residentes rurais. As receitas obtidas fora do estabelecimento representa quase 1/5 do total das receitas nos três tipos. Outra característica comum entre os três tipos é o tamanho da área média de terra, que é de 20,27 hectares entre os especializados, 16,74 hectares entre os estabelecimentos que possuem múltiplas fontes de ingresso e 10,70 entre

os residentes rurais. O mesmo vale para a proporção dos chefes que exerceram atividades fora do estabelecimento, que chega a quase $\frac{1}{4}$ (em torno de 25%) e a proporção da receita das aposentadorias na receita total, que alcança quase 80%, mostrando que o acesso a este ingresso monetário líquido é muito significativo na formação das receitas dos estabelecimentos agropecuários. As variáveis que geram a maior distinção entre os três tipos são o acesso à assistência técnica, que varia de 7,83% entre os residentes, passa para 14% entre os múltiplas fontes de ingresso e chega a 28,08% entre os especializados. E as receitas de atividades não-agropecuárias, que representam 83,56% dos ingressos entre os residentes, 36,46% entre os múltiplas fontes e apenas 2,03% entre os especializados.

Em síntese, podemos qualificar os agricultores familiares brasileiros como:

- a) Um grupo majoritário de estabelecimentos especializados, que depende muito fortemente da receita da atividade agropecuária, especialmente a produção vegetal. Trata-se de estabelecimentos que possuem alguma abertura para atividades fora do estabelecimento, mas parece que sua vocação e principal estratégia de reprodução social seguirá sendo a agropecuária;
- b) um grupo pequeno de estabelecimentos que possui múltiplas fontes de ingresso, em que a receita agrícola já não é mais a única e nem mesmo a mais importante, mas as entradas monetárias de atividades não-agrícolas e de aposentadorias são significativas. Não são estabelecimentos cujas estratégias de reprodução vão passar pela produção, pois acessam muito pouco os serviços de extensão e possuem áreas de terras relativamente pequenas para ampliar a agricultura;
- c) um terceiro grupo de estabelecimentos familiares que vivem no espaço rural mas para que a agricultura e a produção agropecuária não tem senão um sentido residual. Talvez sua propriedade seja apenas um local de residência. Mesmo assim, a produção continua a ter alguma importância, especialmente para o autoconsumo.

Este perfil permite afirmar que as variáveis eleitas para fazer a segmentação/classificação da agricultura familiar do Brasil formaram três grupos relativamente homogêneos em seu perfil, ainda que numericamente o grupo dos especializados seja o mais importante.

Isto mostra que a agricultura familiar do Brasil ainda é fortemente dependente da agricultura e das atividades agropecuárias para formação de seu portfólio de ingressos. E mostra também que as atividades não-agrícolas, ainda que importantes, são ainda uma oportunidade que aparece para poucos. Mostra também que há um setor, formado pelos residentes rurais, em que a agricultura já deixou de ser a principal atividade econômica e não representa mais uma força econômica capaz de impulsionar suas estratégias de vida.

Este novo perfil da agricultura familiar brasileira, montado a partir das principais variáveis representativas da atividade econômica de um estabelecimento agropecuário, que é o valor

da produção geral e a receita obtida, poderá ajudar os planejadores a repensar as políticas agrícolas, assim como sugere uma nova agenda de pesquisas e estudos para os acadêmicos.

Tabela 06. Síntese da Tipologia dos Estabelecimentos Agropecuários Familiares, Brasil 2006

Variáveis	Tipologia			
	EFRR	EFMR	EFE	Semreceita
% Valor Produção Vegetal	50,78	45,44	70,61	84,74
% Valor Produção Animal	47,20	51,19	28,90	14,54
% Valor Produção Autoconsumo	58,23	31,77	19,74	94,42
% ReceitaAtividade Agro	16,22	62,54	90,96	0,00
% ReceitaAtividadeNão-Agro	83,56	36,46	2,03	0,00
% Receitas de Aposentadorias	69,77	73,93	61,91	61,32
% ReceitasForaEstabelecimento	23,22	16,60	22,41	30,18
Área Média (ha)	10,70	16,84	20,67	15,54
% AcessoAssist. Técnica	7,83	14,01	28,08	9,62
% ChefeExerceuTrab. Fora	27,81	24,87	23,41	29,21

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Esta seção de análise de resultados organiza-se em três partes, assim constituídas:

- a) Na primeira parte, analisamos as características dos estabelecimentos familiares agropecuários brasileiros, destacando dados acerca da produção, comercialização, principais atividades realizadas e composição das receitas do produtor e da família;
- b) Na segunda parte, analisamos as características gerais dos produtores e das famílias que se encontram ocupadas na atividade agropecuária através de variáveis como escolaridade, condição do produtor, acesso à financiamento e outros;
- c) Por fim, a terceira parte da análise focaliza exclusivamente o grupo dos estabelecimentos familiares brasileiros que não registraram receitas da atividade agropecuária no ano de 2006.

5.1. Tipologia da Agricultura Familiar e Características dos Estabelecimentos

Antes de apresentar a tipologia da agricultura familiar no Brasil, talvez seja interessante mostrar a classificação entre agricultura familiar e a não-familiar. Segundo a tabela 07 abaixo, o número de estabelecimentos agropecuários brasileiros com agricultura familiar corresponde a 4.366.267, enquanto que o total de estabelecimentos com agricultura não-familiar é de 809.369. Localizando os estabelecimentos através das cinco Grandes Regiões do país, verifica-se que o maior número de estabelecimentos familiares – mais da metade

– encontra-se na Região Nordeste do país (2.187.131), seguido da Região Sul (849.693) e Sudeste (699.755). Em relação à agricultura não-familiar, esta encontra-se menos concentrada, sendo que seu maior número também localiza-se na região Nordeste (266.929), seguido pela região Sudeste (222.342).

Cabe notar que a agricultura familiar representa mais de 80% dos estabelecimentos nas Regiões Norte (86%), Nordeste (89%) e Sul (84%), sendo que apenas nas regiões Sudeste (75%) e Centro-Oeste (68%) a representatividade desta categoria é menor em relação ao número de estabelecimentos.

TABELA 07 - Tipificação dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, 2006

Regiões	Agricultura Familiar					Agricultura Não-Familiar	Total Regional
	Estab. Com Residentes Rurais	Estab. Múltiplas Font Receitas	Estab. Especializados	Estab. Sem Receita	Total		
Norte	14 915	19 667	273 886	104 198	412 666	63 112	475 778
Nordeste	168 859	168 476	1 115 189	734 607	2 187 131	266 929	2 454 060
Sudeste	24 753	33 916	413 747	227 339	699 755	222 342	922 097
Sul	24 284	45 964	615 296	164 149	849 693	156 510	1 006 203
Centro-Oeste	5 115	8 559	125 701	77 647	217 022	100 476	317 498

					4	366		
Total	237 926	276 582	2 543 819	1 307 940	267		809 369	5 175 636

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Analisando os estabelecimentos familiares de acordo com a tipologia proposta, verifica-se que o maior número de estabelecimentos agropecuários encontra-se no grupo de Estabelecimentos Especializados, os quais correspondem a 58% dos estabelecimentos familiares do país. Ou seja, a maior parte dos estabelecimentos familiares brasileiros é composta por aqueles em que a atividade agropecuária é a fonte majoritária das receitas obtidas pelo estabelecimento. O segundo grupo mais numeroso são os estabelecimentos que não obtiveram (ou não declararam) ter recebido algum tipo de receita com a atividade agropecuária no ano de 2006 (29%).

Sobre a localização regional dos tipos de agricultura familiar, verifica-se que 46,84% dos estabelecimentos especializados encontram-se na região Nordeste e 24,19% na região Sul do país. Entre os estabelecimentos com Residentes Rurais, 70,97% estão localizados na região Nordeste enquanto o restante é bem dividido entre as outras regiões, assim como os estabelecimentos com múltiplas fontes de receitas, que apesar de localizarem-se em maior número também na região Nordeste, nas demais regiões diferem pouco em relação ao seu número total.

Por sua vez, 56,17% dos estabelecimentos sem receita encontram-se na região Nordeste, sendo que levantaremos algumas hipóteses sobre este grupo na próxima seção.

Tomando estes dados como referência, podemos dizer que a região Sul é a que apresenta a agricultura familiar mais consolidada, posto que seja nesta região que se encontram os maiores percentuais de estabelecimentos especializados e com múltiplas fontes de receitas em relação ao total de estabelecimentos da região.

TABELA 08 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares, segundo Grandes Regiões, 2006

Tipologia	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Total	
	Estab.	%	Estab.	%	Estab.	%	Estab.	%	Estab.	%	Estab.	%
EFRR	14	6,27	168	70,97	24	10,40	24	10,21	5 115	2,15	237	100,00
EFMR	19	7,11	168	60,91	33	12,26	45	16,62	8 559	3,09	276	100,00
EFE	273	10,77	1 115	43,84	413	16,26	615	24,19	125	4,94	2 543	100,00
Semreceita	104	7,97	734	56,17	227	17,38	164	12,55	77	5,94	1 307	100,00
	198		607		339		149		647		940	

Total	412 666	9,45	2 187 131	50,09	699 755	16,03	849 693	19,46	217 022	4,97	4 366 267	100,00
-------	------------	------	--------------	-------	------------	-------	------------	-------	------------	------	--------------	--------

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

5.1.2 A produção nos estabelecimentos familiares

Analisando os dados sobre os valores de produção dos estabelecimentos familiares, que são os valores calculados com base nas quantidades produzidas multiplicadas pela média de preços dos diferentes produtos produzidos pelos estabelecimentos agropecuários familiares no ano de 2006, verificamos na tabela 09 que 70,65% do valor de produção dos estabelecimentos advém da produção vegetal. O percentual do valor da produção animal em relação à produção vegetal é maior apenas entre os estabelecimentos com múltiplas receitas (51,19%).

Dentre os estabelecimentos nos quais a agricultura constitui-se como principal fonte de receitas – especializados – o valor da produção vegetal corresponde a 70,61% do valor total de produção do estabelecimento, enquanto a produção animal corresponde a 28,90%.

TABELA 09 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares, segundo composição dos valores da Produção Animal, Vegetal, Agroindustrial e Total (%), 2006

Tipologia	% Produção Animal	% Produção Vegetal	% Produção Agroindústria	% Produção do Estabelecimento
EFRR	47,20	50,78	2,03	100,00
EFMR	51,19	45,44	3,37	100,00
EFE	28,90	70,61	0,48	100,00
Semreceita	14,54	84,74	0,72	100,00
Total	28,81	70,65	0,54	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Também é importante destacar que o grupo dos que não obtiveram quaisquer tipos de receitas com atividades no estabelecimento (sem receita) possuem valores das atividades produtivas de todos os tipos. Neste sentido, apesar de não terem auferido receitas com a venda de suas produções, estes estabelecimentos possuem produções significativas, sendo

que 84,74% do valor total de produção do estabelecimento advém da produção vegetal, enquanto que 14,54% da produção animal.

Este dado é relevante na medida em que demonstra que este grande número de estabelecimentos, apesar de não terem auferido receitas com atividade agropecuária no ano de 2006, não é desprezível do ponto de vista de sua contribuição para a atividade econômica agropecuária como um todo²⁰.

Analisando os valores da produção de acordo com as cinco grandes regiões do país, verificamos que apenas na região Centro-Oeste, histórica produtora de gado, o valor da produção animal (51,47%) supera os valores da produção vegetal (48,31%). Nas demais regiões, o valor da produção animal é mais representativo percentualmente na composição do total do valor da produção do estabelecimento, com destaque para a região Norte e Nordeste, nas quais o valor da produção animal não chega a 30% do valor total do estabelecimento.

Particularmente nestas duas regiões (Norte e Nordeste), os valores da produção vegetal entre os estabelecimentos sem receitas respondem, respectivamente, a 86,07% e 86,79% do total do valor de produção do estabelecimento. Como se sabe, nestas duas regiões há um predomínio de cultivos anuais (tais como explorações florestais) e pecuária extensiva, sendo que parte destes estabelecimentos pode não ter auferido receitas com a venda da produção vegetal pelo fato de não terem produzido no ano anterior. Outra hipótese que ajuda explicar a não obtenção de receitas por parte deste grupo é de que na região Nordeste, o ano de 2006 foi caracterizado por forte período sem chuvas, fato que dificultou a produção de excedentes para a venda, não gerando receitas a boa parte dos estabelecimentos.

TABELA 10 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares, segundo composição dos valores da Produção Animal, Vegetal, Agroindustrial e total, por Grandes Regiões, 2006

Grandes Regiões	Tipologia	% Animal	Produção % Prod. Vegetal	% Prod. Agroindústria	% Total Produção
Norte					
	EFRR	28,23	66,07	5,71	100,00
	EFMR	35,23	54,31	10,46	100,00
	EFE	28,04	70,63	1,33	100,00
	Semreceita	13,38	86,07	0,55	100,00

²⁰ Vale chamar atenção que o Censo Agropecuário 2006 define a variável receita como o valor (em R\$) obtido pelo estabelecimento agropecuário com a venda da produção (animal, vegetal, agroindustrial). Valor este que é declarado pelo próprio produtor entrevistado.

	Total	27,36	71,20	1,44	100,00
Nordeste					
	EFRR	44,16	53,97	1,87	100,00
	EFMR	51,30	45,02	3,69	100,00
	EFE	19,46	79,63	0,91	100,00
	Semreceita	11,92	86,79	1,29	100,00
	Total	20,00	78,99	1,01	100,00
Sudeste					
	EFRR	57,29	40,86	1,86	100,00
	EFMR	57,37	40,10	2,53	100,00
	EFE	25,72	73,81	0,46	100,00
	Semreceita	18,31	81,36	0,33	100,00
	Total	25,97	73,55	0,48	100,00
Sul					
	EFRR	50,91	48,11	0,98	100,00
	EFMR	48,23	50,58	1,19	100,00
	EFE	33,02	66,88	0,10	100,00
	Semreceita	16,94	83,02	0,04	100,00
	Total	32,96	66,93	0,11	100,00
Centro-Oeste					
	EFRR	78,24	20,88	0,88	100,00
	EFMR	73,95	24,32	1,73	100,00
	EFE	52,53	47,27	0,20	100,00
	Semreceita	18,54	81,43	0,03	100,00
	Total	51,47	48,31	0,22	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Analisando a relação entre o valor da produção para autoconsumo e o valor total da produção, verificamos que para os estabelecimentos sem receita, o valor do autoconsumo corresponde a 94,42% do valor total da produção do estabelecimento. Verificando a tabela 10, pode-se notar que na região Nordeste, o valor da produção para autoconsumo corresponde a 99,40% do valor total da produção dos estabelecimentos sem receita, o que indica que estes estabelecimentos naquela região praticam uma agricultura de subsistência.

TABELA 11 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares, segundo valores da produção do autoconsumo (%), 2006

Tipologia	Valor Produção Autoconsumo	Valor Produção Autoconsumo (%)	Total Produção	Valor Produção Estabelecimen to	Total Estabelecimen to	Valor Produção	Total do
-----------	----------------------------	--------------------------------	----------------	---------------------------------	------------------------	----------------	----------

				Estabelecimento (%)
EFRR	113 105 823	58,23	194 252 626	100,00
EFMR	258 617 570	31,77	813 920 207	100,00
EFE	10 188 640 195	19,74	51 610 983 739	100,00
Semreceita	1 770 283 866	94,42	1 874 960 918	100,00
Total	12 330 647 455	22,63	54 494 117 490	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Dentre todas as regiões, a que apresenta menor percentual de autoconsumo é a região Sudeste (17,88%), seguida da região Sul (19,56%). Sobre as tipologias, vale a pena destacar a pequena relevância do autoconsumo entre os estabelecimentos especializados em todas as regiões, nos quais o autoconsumo representa em média 20,88% do total da produção. Dentre os estabelecimentos com múltiplas fontes de receitas, este percentual médio atinge 28,18% e sobe para 52,59% entre os estabelecimentos com residentes rurais.

TABELA 12 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares, segundo valor de produção do autoconsumo, por Grandes Regiões, 2006

Tipologia	% Valor Produção Autoconsumo				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
EFRR	88,11	60,51	36,65	47,71	29,97
EFMR	30,58	36,22	22,49	33,78	17,82
EFE	22,30	23,86	15,86	18,22	24,17
Semreceita	90,48	99,40	86,38	91,69	97,29
Total	26,43	29,14	17,88	19,56	27,15

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

5.1.3 Destinos das vendas e da produção dos estabelecimentos agropecuários familiares

Dentre os estabelecimentos agropecuários familiares que declararam venda da produção de lavoura temporária em 2006, destacam-se os destinos das vendas para intermediários (57,45%) e direto ao consumidor (21,43%).

Os estabelecimentos especializados destacam-se entre os mais representativos em vender para cooperativas (14,28%) e para a indústria ou empresa integradora (11,36%), o que sugere uma maior participação e um maior acesso destes estabelecimentos a mercados diversificados, ainda que a figura do intermediário seja bastante expressiva (55,66%).

Cabe também destacar a pouca representatividade dos programas governamentais como instrumentos de destino da produção da agricultura familiar no país. Apesar dos avanços trazidos pela implementação dos chamados “mercados institucionais”, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que têm permitindo aos agricultores familiares um acesso ampliado e menos burocratizado aos mercados, eles representam apenas 1,15% do percentual total das vendas da lavoura temporária e 0,95% das vendas da lavoura permanente (tabela 13).

TABELA 13 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares com venda da produção de lavoura temporária, segundo destinos de venda, 2006

Tipologia	Cooperativa	Indústria/Integradora	Intermediário	Prog. Governo	Diretoao Consumidor	Semente	Exportação	Total
EFRR	2,01	5,37	69,11	0,95	25,82	0,62	0,01	100,00
EFMR	6,00	6,87	68,05	1,13	23,06	0,47	0,03	100,00
EFE	14,28	11,36	55,66	1,16	20,97	0,47	0,05	100,00
Semreceita	0,72	7,40	51,80	0,92	37,72	1,64	0,10	100,00
Total	12,88	10,64	57,45	1,15	21,43	0,48	0,04	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Por sua vez, a venda direta aos consumidores, muitas vezes realizadas através das feiras-livres locais e de modo informal, possui representatividade significativa enquanto destino das vendas tanto da produção da lavoura temporária como da produção da lavoura permanente, com especial destaque entre os estabelecimentos familiares sem receitas agropecuárias. Conforme analisado anteriormente (tabela 07) a grande maioria destes estabelecimentos (56,17%) estão localizados na região Nordeste do país, região esta em que as feiras-livres de venda direta são parte da cultura local, ainda existindo de forma significativa enquanto canal de comercialização da produção.

TABELA 14 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares com venda da produção de lavoura permanente, segundo destinos de venda, 2006

Tipologia	Cooperativa	Indústria / Integradora	Intermediário	Prog. Governo	Diretoao Consumidor	Semente	Exportação	Total
EFRR	1,27	3,40	86,36	0,81	8,48	0,00	0,02	100,00
EFMR	2,23	5,28	84,11	0,91	8,71	0,01	0,02	100,00
EFE	6,29	7,83	77,57	0,96	8,62	0,01	0,07	100,00
Semreceita	0,00	0,00	68,18	0,00	29,55	0,00	2,27	100,00
Total	5,80	7,46	78,40	0,95	8,62	0,01	0,07	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Em relação ao destino da produção da lavoura temporária daqueles estabelecimentos que declararam este tipo de produção, verificamos que grande parte teve como destino o consumo no próprio estabelecimento, correspondendo a 82,29% entre os estabelecimentos familiares especializados. Assim sendo, apesar destes estabelecimentos serem os que possuem maiores receitas com a produção agropecuária, apenas 16,63% de sua produção de lavoura temporária foram destinadas à venda, sendo a maior parte utilizada para investimentos na propriedade.

Conforme os dados sobre autoconsumo apresentados anteriormente, os estabelecimentos sem receitas têm a quase totalidade da sua produção de lavoura temporária consumidas no estabelecimento (97,78%) e apenas 0,002% desta produção destinadas à venda (que quando realizadas são feitas diretamente aos consumidores). Estes dados demonstram, portanto, a necessidade de criação de novos mercados e canais de comercialização que permitam que a produção possa ser realizada por estes estabelecimentos possa gerar receitas e garantir a reprodução das famílias ocupadas.

TABELA 15 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares com produção lavoura temporária, segundo destinos da produção, 2006

Tipologia	Venda	Consumo no Estab.	Consumo Animal	Estoque	Total
EFRR	30,66	68,12	0,12	1,10	100,00
EFMR	25,72	72,94	0,29	1,05	100,00
EFE	16,63	82,29	0,24	0,84	100,00
Semreceita	0,002	97,78	0,45	1,78	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

5.1.4 Área dos estabelecimentos agropecuários familiares

A tabela 16, a seguir, analisa a área média dos estabelecimentos agropecuários familiares brasileiros e o percentual de área de cada um dos tipos de agricultura criados. Em primeiro lugar, percebe-se que o percentual de área ocupado pelo total da agricultura familiar no país corresponde a apenas 24,01% da área total destinada à agricultura, sendo que deste valor, 15,75% é ocupado pelos estabelecimentos familiares especializados. Estes estabelecimentos são também os que possuem maior área média dentre os estabelecimentos familiares (20,67%), o que demonstra que a importância da atividade agropecuária nas receitas dos estabelecimentos está relacionada, em parte, ao tamanho da área ocupada.

No dimensionamento da agricultura familiar no Brasil, os dados do Censo Agropecuário de 2006 podem ser analisados a partir de duas variáveis definidoras da agricultura familiar,

sejam elas a variável da Lei da Agricultura Familiar e as definidas através de um estudo da FAO/INCRA (Del Grossi *et al.* 2009). Dependendo de cada uma das variáveis adotadas na definição da agricultura familiar, haverá uma diferença de números de estabelecimentos e área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários familiares brasileiros.

Conforme já exposto na seção acerca da metodologia utilizada na criação da tipologia e elaboração do presente relatório, os dados do Censo Agropecuário 2006, neste estudo, foram analisados a partir das definições atribuídas à agricultura familiar através da variável da Lei da Agricultura Familiar. Esta informação mostra-se relevante porque tornam mais claras a interpretação e análise dos dados.

Neste sentido, os percentuais médios de áreas ocupados pelos estabelecimentos familiares, sejam em relação ao Brasil ou em relação às grandes regiões, estão de acordo com as análises realizadas por Del Grossi *et al.* (2009), segundo as quais a agricultura familiar Brasileira ocupa apenas 24% do território agrícola nacional.

TABELA 16 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares, segundo área média, 2006

Tipologia	Agricultura Familiar		Agricultura Não-Familiar	
	Área (%)	Média % Área por tipo	Área (%)	Média % Área por tipo
EFRR	10,70	0,76	69,46	0,95
EFMR	16,84	1,40	72,03	1,98
EFE	20,67	15,76	381,11	58,18
Semreceita	15,54	6,09	305,69	14,88
Total	18,35	24,01	313,30	75,99

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Ao abrirmos os dados por grandes regiões (tabela 17), verificamos que os estabelecimentos especializados são os que possuem maior área média em todas as regiões, exceto no Norte onde os estabelecimentos sem receitas são os maiores. De modo geral, os estabelecimentos familiares, seja qual for o tipo, ocupam médias de áreas pequenas, que variam de 8,56% entre os estabelecimentos com residentes rurais na região Sul, a 46,92% entre os estabelecimentos especializados na região Centro-Oeste.

De certa forma, já era esperado que os estabelecimentos da região Nordeste e Sul são os que possuem menor área média, ainda que o potencial agrícola de cada um seja extremamente diferente.

TABELA 17 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares, segundo área média (%), por Grandes Regiões 2006

Tipologia	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
EFRR	25,57	9,03	11,90	8,56	26,95
EFMR	36,52	14,63	17,78	12,59	34,11
EFE	40,11	14,92	20,55	17,15	46,92
Semreceita	43,45	10,46	14,82	10,43	38,94
Total	40,25	12,95	18,25	15,36	43,09

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

5.1.5 Perfil sócio-ocupacional dos estabelecimentos agropecuários familiares

Sobre as atividades exercidas pelo produtor e os locais nos quais a exerceu, os dados abaixo demonstram que a grande maioria dos agricultores familiares não realizou quaisquer atividades fora do estabelecimento (74,52%). Daqueles que declararam ter realizado atividades fora do estabelecimento, há uma divisão quase igual entre os que exerceram atividades agropecuárias (12,75%) e os que exerceram atividades não-agropecuárias (12,00%).

Analisando os tipos de agricultores, percebe-se que não há diferenças significativas entre os locais e tipos de atividades exercidas pelos produtores, sendo que apenas entre os estabelecimentos sem receita é que um maior percentual realizou atividades não-agropecuárias fora do estabelecimento (15,40%).

Estes dados estão de acordo com estudo recente que analisou o perfil da pluriatividade na agricultura familiar brasileira a partir dos dados do Censo Agropecuário 2006 (Schneider *et al.*, 2013). Naquele estudo, os pesquisadores analisaram a pluriatividade total da agricultura familiar no país em relação à agricultura não-familiar. Como resultados, obtiveram que 34,10% dos estabelecimentos familiares brasileiros podem ser classificados como estabelecimentos pluriativos, enquanto que entre os não-familiares o percentual de pluriativos é de 51,90%²¹.

Neste sentido, este trabalho avança em comparação com aquele na medida em que abre os dados acerca da pluriatividade (ou das atividades desenvolvidas pelo produtor ou pela família fora do estabelecimento) em diferentes categorias de agricultores familiares.

²¹ No estudo citado, a definição de pluriatividade adotada foi a seguinte: “estabelecimento pluriativo é aquele estabelecimento agropecuário em que o produtor e/ou algum membro da família exerceu atividades agropecuárias e algum tipo de atividade não agropecuária remunerada e/ou qualquer tipo de atividade remunerada fora do estabelecimento em 2006” (IPEA, 2013, p. 17).

Vale ressaltar que a definição dos grupos de agricultores familiares se deu sobre o percentual ocupado pela receita das atividades agropecuárias no total da receita dos estabelecimentos, conforme exposto na metodologia. Assim sendo, apesar de os estabelecimentos com múltiplas fontes de receitas serem aqueles que mais se encaixam nas definições dos estudos sobre a pluriatividade na agricultura, podemos ter no interior de cada um dos grupos estabelecimentos pluriativos, porém com importância maior ou menor das atividades fora do estabelecimento na composição das receitas totais do estabelecimento.

TABELA 18 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares, por tipo e local de atividade exercida pelo produtor, 2006

Tipologia	Apenas no Estabelecimento	Fora do Estabelecimento				Total
		Emativ. Agropecuária	Emativ. Agropecuária	Não- Em atividades	Em ambas	
EFRR	72,20	13,15	13,85	0,81	100,00	
EFMR	75,13	13,63	10,48	0,76	100,00	
EFE	76,58	12,54	10,24	0,63	100,00	
Semreceita	70,79	12,91	15,40	0,90	100,00	
Total	74,52	12,75	12,00	0,73	100,00	

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Desta forma, a partir da tabela 18 acima, podemos verificar que em todos os grupos de agricultores familiares analisados, o percentual de atividade realizada fora do estabelecimento por parte do produtor é praticamente o mesmo, variando de 29,04% entre os estabelecimentos sem receita a 23,42% entre os estabelecimentos especializados.

Em relação ao total do pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários familiares existentes no Brasil, 63,63% são do sexo masculino e 36,37% são do sexo feminino. De forma geral, os percentuais entre homens e mulheres não possuem diferença significativa entre os grupos da tipologia criada, sendo que entre os estabelecimentos especializados e sem receita o percentual de homens é um pouco maior que os demais.

Esta constatação está de acordo com o processo social analisado pelo estudo de Camarano e Abramovay (1999), que já na década de 1990 apontou que os fluxos migratórios rural-urbano ocorridos no Brasil a partir da década de 1950, tiveram como consequência o envelhecimento e a masculinização do pessoal ocupado na agricultura brasileira.

Analisando a tabela 19, verificamos que a idade média dos homens dirigentes dos estabelecimentos na agricultura familiar no Brasil corresponde a 53 anos, enquanto que a média etária das mulheres dirigentes é de 55 anos de idade²².

TABELA 19 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares, segundo pessoal ocupado por sexo, 2006

Tipologia	Homens ocupados	Mulheres ocupadas	Total
EFRR	60,04	39,96	100,00
EFMR	61,41	38,59	100,00
EFE	63,81	36,19	100,00
Semreceita	64,53	35,47	100,00
Total	63,63	36,37	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Cabe destacar que os estabelecimentos com residentes rurais, ou seja, aqueles estabelecimentos em que a atividade agropecuária corresponde a menos de 20% da receita do estabelecimento são os que possuem média etária maior dentre os grupos de agricultores familiares. Por sua vez, os estabelecimentos especializados são os que registram menor idade média entre os seus dirigentes.

TABELA 20 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos familiares, segundo sexo e idade média do dirigente, 2006

Tipologia	% Estab. Dirigidos Homens	Idade Média Homem Dirigente	% Estab. Dirigidos Mulheres	Idade Média Mulher Dirigente	Total
EFRR	75,91	57	24,09	59	100,00
EFMR	83,45	56	16,55	56	100,00
EFE	89,69	48	10,31	50	100,00
SemReceita	82,03	51	17,97	54	100,00
Total	86,25	53	13,75	55	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

²² Estes dados não levam em conta a idade média do total dos homens e mulheres ocupados na agricultura familiar brasileira, mas apenas as médias de idade dos dirigentes/chefes dos estabelecimentos, sejam eles homens ou mulheres.

5.1.6 Inserção econômica e composição das receitas dos estabelecimentos familiares

O Censo Agropecuário brasileiro, ao caracterizar a composição das receitas dos estabelecimentos, define a variável “Receita Total do Estabelecimento” como a soma do Total da Receita com Atividade agropecuária + Receitas outras não-agrícolas + Receitas com prestação de serviços a empresas integradoras + Receitas do produtor e da família (IBGE, 2009).

Contudo, conforme já descrito na metodologia deste relatório, apesar da orientação metodológica adotada pelo IBGE na definição da variável Receita Total do Estabelecimento, prever a soma das receitas auferidas com as atividades no estabelecimento (produção agropecuária) com as receitas auferidas das atividades realizadas pelo produtor e pela família (aposentadoria; participação em programas de governo; trabalhos fora do estabelecimento; doações e desinvestimentos), na prática isto não ocorre. Ou seja, não é possível ter uma ideia geral de quanto, por exemplo, as receitas auferidas com aposentadorias são importantes em relação ao total das receitas do estabelecimento. Podemos apenas saber quanto das receitas auferidas pelo produtor e pela família são oriundas de aposentadorias.

Dias (2010) analisou as dificuldades impostas a política agrícola brasileira em virtude da falta de informações confiáveis sobre as receitas e despesas dos estabelecimentos agropecuários no país. Segundo dados analisados pelo autor, do total de estabelecimentos agropecuários contabilizados pelo Censo Agropecuário de 2006, 98,4% dos estabelecimentos declararam o valor de seus bens, 92,6% declararam as despesas realizadas e apenas 70% declararam as receitas obtidas pela venda de seus produtos (DIAS, 2010, p. 260).

Especificamente em relação à declaração das receitas obtidas com as vendas da produção, Dias (2010, p. 266) argumenta que a não declaração destes valores é adotada por pequenos produtores com o intuito de não perder o acesso a programas de governo destinados a famílias de baixa renda – tal como o bolsa família – enquanto que os grandes estabelecimentos omitiriam tais valores da declaração do Imposto de Renda, com a finalidade de evitar o cruzamento de dados por parte do governo²³.

Em certa medida, concordamos com os argumentos trazidos por Dias (2010), todavia chamamos atenção de que, pelo menos entre os estabelecimentos familiares, podem ter

²³ Analisando os dados criados a partir da tipologia proposta neste relatório, 20,07% dos estabelecimentos agropecuários não-familiares brasileiros declararam não ter recebido receitas com a atividade agropecuária, enquanto que entre os estabelecimentos familiares este número é de 29,95%.

ocorrido perdas significativas da produção agropecuária decorrente da estiagem que atingiu a região Nordeste no ano de 2006, região na qual quase 56,17% dos estabelecimentos familiares sem receita estão localizados. Outra hipótese já levantada é que boa parte destes estabelecimentos dedica-se a atividades de exploração florestal e pecuária extensiva, que podem não ter auferido receitas no ano de coleta dos dados.

Quando analisadas as receitas obtidas através de atividades realizadas pelo produtor ou algum membro da família, as quais no caso brasileiro não se encontram somadas ao total da receita do estabelecimento, notamos que para os estabelecimentos familiares com múltiplas fontes de receitas (EFMR) 73,93% do total das receitas do produtor e da família advém dos valores recebidos através de aposentadorias e pensões. De forma geral, todos os tipos de agricultura familiar apresentaram forte representatividade das receitas de pensão e aposentadorias no montante total das receitas do produtor e da família. Isto sugere que o número de pessoal ocupado na agricultura familiar apresenta idade relativamente alta, dado a grande relevância desta fonte de receitas para o total da receita do produtor.

TABELA 21 – Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares, composição das receitas do produtor e da família, por tipos de receitas, 2006

Tipologia	% ReceitaPensão/Apo sent.	% ReceitaForaEs tab.	% ReceitasDoaç ões	% ReceitasPr og. Governo	% ReceitasOutr as*	Total
EFRR	69,77	23,22	0,79	3,67	2,56	100,00
EFMR	73,93	16,60	0,80	5,74	2,93	100,00
EFE	61,91	22,41	0,79	10,75	4,13	100,00

Semreceita	61,32	30,18	0,71	6,30	1,48	100,00
Total	65,66	23,69	0,77	7,06	2,82	100,00

*Soma dos valores das receitas com desinvestimentos e pescado

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Interessante notar também, que as receitas obtidas com trabalhos fora do estabelecimento (independente de sua origem) aparecem em segundo lugar para todos os tipos de agricultura familiar, sendo mais representativos entre os estabelecimentos com residentes rurais (23,22%) e entre os estabelecimentos especializados (22,41%)²⁴. Ao contrário do que se poderia prever, os estabelecimentos com múltiplas fontes de receitas são os que possuem o menor percentual de receita fora do estabelecimento no total das receitas do produtor e da família, apenas 16,60%.

Finalmente, podemos observar que os estabelecimentos familiares especializados, os quais possuem maiores receitas advindas da agropecuária, contraditoriamente, são os que mais recebem, proporcionalmente ao total das receitas do produtor e da família, receitas oriundas da participação em programas de governo (10,75%). De certa forma, isto desmistifica a noção de que seriam os grupos de agricultores familiares mais vulneráveis e sem produção ou receita agrícola os maiores dependentes da inserção em programas de governos, tais como o bolsa família.

Por outro lado, isto demonstra como estes estabelecimentos, por possuírem quase a totalidade de suas receitas ligadas à produção agropecuária, são também dependentes de programas de governo para a garantia de outras fontes de receitas.

Em relação à composição das receitas dos estabelecimentos, podemos verificar através da tabela 21 abaixo, que os estabelecimentos com múltiplas fontes de receitas – os quais deveriam, teoricamente, serem os com maiores percentuais de receitas não-agrícolas auferidas – não são os que possuem percentual mais significativo deste tipo de receita.

Os estabelecimentos com receitas maiores em atividades não-agrícolas são os estabelecimentos com residentes rurais (83,56%), seguidos dos estabelecimentos com múltiplas fontes de receitas (36,46%). Isto se explica pelo fato de que estes estabelecimentos com residentes rurais possuem produção agropecuária quase inexpressiva (menor do que 20% do total das receitas do estabelecimento) e, por isso, são

²⁴ Dentre os estabelecimentos sem receita também é significativa a importância das atividades realizadas fora do estabelecimento na composição do montante das receitas do produtor e da família (30,18%), tal como será indicado na seção adiante.

os que mais dependem da realização de atividades fora do estabelecimento, ainda que para os estabelecimentos com múltiplas fontes de receita estas atividades também sejam bastante importantes.

TABELA 21 – Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares, composição das receitas dos estabelecimentos, por tipos de receitas, 2006

Tipologia	% Receita	Valor Prestação Serviços	% Receita Ativ. Agrícola*	Valor	% Receita Não- Agrícola	Valor Total
EFRR	0,22		16,22		83,56	100,00
EFMR	1,00		62,54		36,46	100,00
EFE	7,02		90,96		2,03	100,00
Semreceita	0,00		0,00		0,00	0,00
Total	6,79		89,19		4,02	100,00

*Soma das receitas das produções animal e vegetal

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

As receitas obtidas com atividade agrícola, pelo contrário, são maiores entre os estabelecimentos especializados, correspondendo a 90,96% do total das receitas do estabelecimento, caindo para 62,54% entre os estabelecimentos com múltiplas fontes de receitas e apenas 16,22% entre os estabelecimentos com residentes rurais.

O acesso dos estabelecimentos a assistência técnica, conforme demonstra a tabela 22, é extremamente baixo, sendo que apenas 20,56% dos estabelecimentos familiares no país receberam algum tipo de assistência técnica no ano de 2006.

Como podemos verificar, a extensão rural no Brasil, por meio do acesso à orientação/assistência técnica, é feita majoritariamente entre os estabelecimentos familiares mais bem estruturados e que têm na agricultura sua principal fonte de receita. Observando os dados abaixo, 28,08% dos estabelecimentos especializados declararam ter recebido algum tipo de assistência técnica durante o anterior à coleta dos dados do Censo. Este número, apesar de ser pequeno, é bem superior se comparado aos outros grupos de agricultores familiares, dentre os quais apenas 7,83% dos estabelecimentos com residentes rurais receberam assistência técnica e 14,01% dos estabelecimentos com múltiplas fontes de receitas.

TABELA 22 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares, segundo acesso à assistência técnica

Tipologia	NãoReceberam	Receberam	Total
EFRR	92,42	7,83	100,00
EFMR	86,63	14,01	100,00
EFE	74,21	28,08	100,00
Semreceita	90,70	9,62	100,00
Total	80,93	20,56	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Esta hipótese da falta de acesso à assistência técnica entre os grupos de agricultores menos favorecidos, é corroborada ao analisarmos os dados por grandes regiões. Note-se na tabela 23 abaixo, que as regiões em que os agricultores familiares, de forma geral, obtiveram maior acesso à assistência técnica foram a região Sudeste (24,58%) e a região Sul (47,00%), as quais são consideradas regiões em que a agricultura familiar encontra-se mais bem estruturada. Na região Sul, mais da metade dos estabelecimentos especializados (57,24%) tiveram acesso à assistência técnica.

Por outro lado, nas regiões Nordeste e Norte, respectivamente, apenas 7,16% e 13,72% dos estabelecimentos agropecuários familiares receberam algum tipo de assistência técnica.

TABELA 23 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares, segundo acesso à assistência técnica, por Grandes Regiões 2006

Tipologia	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	Nãorecebeu	Recebeu	Nãorecebeu	Recebeu	Nãorecebeu	Recebeu	Nãorecebeu	Recebeu	Nãorecebeu	Recebeu
EFRR	91,38	8,43	95,31	4,69	86,12	13,88	81,63	18,37	81,58	18,42
EFMR	86,48	13,52	92,64	7,36	81,69	18,31	69,73	30,27	78,91	21,09
EFE	85,37	14,63	90,88	9,12	69,04	30,96	42,76	57,24	72,99	27,01
Semreceita	87,89	12,11	95,29	4,71	84,92	15,08	82,47	17,53	85,30	14,70
Total	86,28	13,72	92,84	7,16	75,42	24,58	53,00	47,00	77,83	22,17

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

O acesso a financiamentos, conforme demonstra a tabela 24, é majoritariamente feito através dos bancos, os quais correspondem a 85,40% do total de financiamentos realizados pelos agricultores familiares brasileiros.

Dentre os grupos de agricultores familiares, apenas entre os estabelecimentos especializados o percentual do financiamento realizado através dos bancos é menor do que 90% do total de financiamentos acessados. Isto ocorre, provavelmente, porque este grupo de estabelecimentos é o que se encontra mais vinculado a empresas integradoras, assim como são os que mais adquirem matéria-prima e insumos para sua produção agropecuária, já que são os estabelecimentos em que a atividade agrícola constitui-se como principal fonte de receitas, o que faz com que uma parte deles financie sua produção diretamente com estas instituições.

TABELA 24 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares, segundo fontes de acesso a financiamentos, 2006

Tipologia	Bancos	Outras Inst. Financeiras*	ONG's	Parentes	Outros Agentes	Total
EFRR	93,02	3,30	0,51	0,91	0,94	100,00
EFMR	90,07	5,50	0,87	1,00	0,71	100,00
EFE	84,15	10,48	1,95	0,71	0,89	100,00
Semreceita	91,74	2,97	0,98	0,79	1,66	100,00
Total	85,40	9,57	1,86	0,91	0,64	100,00

* Soma dos valores financiados através de Integradoras, fornecedores e comerciantes de matérias-primas.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

A participação social através de associações em cooperativas é mais significativa entre os estabelecimentos especializados, dentre os quais 7,60% dos estabelecimentos são associados à cooperativa. Já a participação social em entidades de classe é muito mais representativa entre todos os grupos, principalmente entre os estabelecimentos com múltiplas fontes de receitas, dos quais 43,52% dos estabelecimentos são associados.

Abrindo os dados por grandes regiões (tabela 26), verificamos que a região Sul possui o maior número de estabelecimentos associados em cooperativas (14,51%), notadamente pelo fato desta região ser pioneira na criação desta forma de associação, ainda na década de 1930. Cabe chamar atenção que 17,07% dos estabelecimentos especializados da região Sul estão associados a cooperativas, enquanto que 18,86% estão associados a cooperativas e entidades de classe. Ou seja, 35,93% dos estabelecimentos familiares especializados da região Sul estão associados a alguma cooperativa.

TABELA 25 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares, segundo associações em cooperativas e entidades de classe, 2006

Tipologia	% NãoAssociados	% Cooperativa	% EntidClasse	% Cooperativa e EntidClasse	% Total
EFRR	55,51	1,54	41,99	0,96	100,00
EFMR	50,70	3,04	43,52	2,73	100,00
EFE	54,98	7,60	31,93	5,49	100,00
Semreceita	68,99	2,47	27,68	0,85	100,00
Total	58,93	5,44	31,94	3,68	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Nas regiões Norte e Nordeste, o grau de associativismo em cooperativas é bem menor, sendo que em ambas a média dos estabelecimentos associados a este tipo de entidade não passa de 2% do total de estabelecimentos. Por outro lado, as entidades de classe e sindicatos são mais representativas nestas regiões, correspondendo a 35% do total de estabelecimentos associados.

TABELA 26 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares, segundo associações em cooperativas e entidades de classe, Grandes Regiões, 2006

Grandes Regiões	Tipologia	NãoAssociados	Cooperativa	Entidade de Classe	Ambas	Total
Norte						
	EFRR	65,03	1,12	33,44	0,41	100,00
	EFMR	54,38	1,19	43,81	0,63	100,00
	EFE	60,96	2,17	36,02	0,85	100,00
	Semreceita	70,81	1,61	27,29	0,30	100,00
	Total	63,28	1,95	34,09	0,68	100,00

Nordeste					
EFRR	52,63	0,53	46,49	0,34	100,00
EFMR	50,01	0,74	48,61	0,64	100,00
EFE	60,42	1,44	37,56	0,57	100,00
Semreceita	66,60	0,75	32,45	0,20	100,00
Total	61,10	1,08	37,39	0,43	100,00
Sudeste					
EFRR	60,83	3,11	35,26	1,30	100,00
EFMR	56,98	5,42	35,97	2,86	100,00
EFE	61,22	13,29	22,62	4,68	100,00
Semreceita	73,90	4,65	20,64	1,10	100,00
Total	65,12	9,74	23,07	3,17	100,00
Sul					
EFRR	60,34	6,68	27,22	5,76	100,00
EFMR	44,27	9,90	33,53	12,29	100,00
EFE	36,37	17,07	27,70	18,86	100,00
Semreceita	68,18	7,35	20,20	4,27	100,00
Total	43,63	14,51	26,55	15,31	100,00
Centro-Oeste					
EFRR	73,92	4,24	20,82	1,02	100,00
EFMR	65,63	6,30	26,19	1,88	100,00
EFE	64,18	9,02	24,37	2,43	100,00
Semreceita	76,48	3,29	19,56	0,67	100,00
Total	68,87	6,75	22,64	1,75	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

5.1.7. Características dos Produtores e suas Famílias

Os dirigentes dos estabelecimentos agropecuários familiares brasileiros possuem na média grau de escolaridade bastante baixo, sendo que em todos os grupos de agricultores, a maior parte dos chefes declararam possuir o Ensino Fundamental Incompleto (42,92%). Quase 10% dos estabelecimentos os dirigentes apenas sabem ler e escrever.

Não há uma correspondência entre os grupos de agricultores com maiores receitas vindas da atividade agropecuária e maiores graus de escolaridade, sendo que os dados refletem uma tendência estrutural da escolaridade no meio rural brasileiro, na qual a grande maioria da população possui poucos anos de estudo.

Em relação à especialização ou curso superior específico relacionado à atividade agropecuária, apenas 1,15% dos chefes de estabelecimentos declararam possuir qualificação como técnico agrícola ou em área das “ciências agrárias”, o que reflete o pouco acesso às políticas de educação por parte da população rural.

TABELA 27 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares nos quais o dirigente declarou possuir algum grau de instrução, segundo graus de instrução, 2006

Tipologia	Sabe ler	Apenas Lê e Escreve	Alfabetização Jovens e Adultos	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Técnico Agrícola	Ensino Médio Completo	Curso Superior Agrícola*	Outro Superior	Total
EFRR	44,72	11,75	4,58	29,57	4,42	0,55	3,23	0,08	1,11	100,00
EFMR	37,25	12,62	4,68	37,20	4,50	0,54	2,52	0,06	0,63	100,00
EFE	21,73	9,12	5,41	47,91	8,64	1,11	4,90	0,13	1,03	100,00
Semreceita	30,99	10,06	6,27	36,84	7,40	1,05	5,38	0,14	1,88	100,00
Total	26,74	9,77	5,57	42,92	7,78	1,02	4,81	0,13	1,27	100,00

* Esta variável corresponde à soma dos estabelecimentos em que o dirigente declarou possuir graduação em Agronomia, Veterinária, Zootecnia ou Eng^a Florestal

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Nos estabelecimentos agropecuários familiares, independente dos grupos analisados, a condição principal do produtor é a administração individual do seu empreendimento, sendo que 97,27% dos estabelecimentos são administrados desta forma.

A administração através de consórcios ou condomínios é extremamente baixa (2,01%), assim como dentre outras formas de administração (0,72%). Ou seja, os estabelecimentos familiares no Brasil são administrados em quase a sua totalidade por produtores com a propriedade individual da terra.

Assim como em relação aos graus de escolaridade, a condição dos produtores familiares brasileiros também reflete uma tendência estrutural, não havendo diferenças significativas entre os grupos de agricultores e a condição de administração dos seus estabelecimentos.

TABELA 28 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares, segundo condição do produtor, 2006

Tipologia	Proprietário Individual	Condomínio/Consórcio	Outra Condição	Total
EFRR	97,02	2,33	0,65	100,00
EFMR	96,90	2,48	0,62	100,00
EFE	97,03	2,25	0,73	100,00

Semreceita	97,85	1,40	0,75	100,00
Total	97,27	2,01	0,72	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Analisando as formas de direção dos estabelecimentos, verificamos na tabela 29 que 97,70% dos estabelecimentos familiares são dirigidos pelo próprio produtor titular, ou seja, o proprietário individual que administra seu estabelecimento é também o que dirige as atividades agropecuárias ali realizadas.

A direção dos estabelecimentos, assim como as outras variáveis acerca das características dos produtores familiares, não possuem diferenças significativas entre os grupos de estabelecimentos avaliados.

TABELA 29 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares, segundo tipos de direção dos estabelecimentos, 2006

Tipologia	Produtor Titular	Capataz/Parente	Comunitária	Outra Pessoa	Total
EFRR	97,95	1,41	0,12	0,51	100,00
EFMR	98,20	1,28	0,07	0,45	100,00
EFE	97,98	1,26	0,13	0,63	100,00
Semreceita	97,02	1,95	0,12	0,91	100,00
Total	97,70	1,48	0,12	0,70	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Desta forma, podemos concluir que apesar das diferenças e heterogeneidades encontradas entre os estabelecimentos agropecuários familiares no país que foram apresentadas anteriormente, os produtores rurais – os dirigentes dos estabelecimentos – a partir das variáveis aqui apresentadas, possuem características estruturais muito semelhantes, independente da importância ocupada pela atividade agropecuária na composição das receitas dos estabelecimentos.

Portanto, ainda que os estabelecimentos possuam significativas e importantes diferenças entre si, a qual buscou demonstrar com a própria criação da tipologia apresentada, de forma geral os produtores rurais são estruturalmente parecidos, compartilhando os mesmos graus de escolaridade e as mesmas formas de administração e direção dos seus estabelecimentos.

5.2. Estabelecimentos “Sem Receita”

O objetivo desta subseção é caracterizar os estabelecimentos agropecuários familiares brasileiros que não foram captados pela tipologia construída pelo fato de não possuírem receitas advindas da venda de sua produção agropecuária. Doravante, serão denominados de estabelecimentos agropecuários familiares “sem receita”.

No meio rural brasileiro existe um contingente de 1.307.940 estabelecimentos agropecuários (29,95% do total) que no ano de 2006 não obtiveram nenhuma receita com atividade agropecuária. Não se trata de um grupo homogeneamente pobre porque sem produção e sem receita/renda agrícola, como se verá. Logo, a primeira conclusão a que se chega é que nem a variável receita da atividade agropecuária e nem a variável valor total da produção agropecuária permitem apurar informação suficientemente judiciosa que permita pleitear conclusões sobre suas condições de reprodução social.

Mas imediatamente ergue-se outra interrogação, que se refere à caracterização deste universo de 1.307.940 estabelecimentos agropecuários, classificados como de agricultura familiar, que não obtiveram receitas de atividades agrícola. A Tabela a seguir apresenta um perfil destes 1.307.940 estabelecimentos agropecuários familiares brasileiros segmentados segundo a tipologia que será explicada logo em seguida.

Tabela 30 - Síntese dos Estabelecimentos Agropecuários Familiares Sem Receitas Agropecuárias, Brasil 2006

Variáveis	Tipos SemReceitas					Outrassituações
	Com Valor de Produção (Área até 20ha)	Com Valor de Produção (Área > 20ha)	Sem Valor de Produção	Sem área	Sem área	
Nº de estabelecimentos	637.911	138.864	355.965	87.480	87.720	
% de Estabelecimentos	48,77	10,62	27,22	6,69	6,71	
% Área sobre o total	0,79	2,37	2,57	0,00	0,36	
Área Média (ha)	4,14	56,89	24,10	0,00	13,69	
% Valor Produção Vegetal	86,35	83,26	0,00	71,27	0,00	
% Valor Produção Animal	12,83	16,33	0,00	27,41	0,00	
% Valor Produção Autoconsumo	95,52	92,67	0,00	88,88	0,00	

% Assentados	13,25	4,01	6,48	16,91	7,38
% Receitas de Aposentadorias	70,05	66,56	42,11	53,81	50,34
% Acesso Assist. Técnica	7,09	14,69	12,19	4,58	9,83

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Os cinco grupos formados a partir dos 1.307.940 estabelecimentos agropecuários familiares brasileiros “sem receita” podem ser descritos da seguinte forma:

1 – Estabelecimentos Agropecuários Familiares Com Valor de Produção e Área até 20 hectares:

Aqueles estabelecimentos agropecuários familiares que não obtiveram receitas com a atividade agropecuária, todavia obtiveram valor de produção com estas atividades e possuíam área igual ou inferior a 20 hectares. Este grupo é o maior, formado por 637.911, que correspondem a 48,77% do total. São estabelecimentos muito pequenos em tamanho, pois tem área média de 4,14 hectares e acessam apenas 0,79% da área agrícola do Brasil. Sua produção é fundamentalmente vegetal (86,35) e destinada ao autoconsumo (95,52%). São unidades em que as receitas de aposentadorias são muito significativas, e apenas 7,09% tem acesso a assistência técnica. Uma parcela de 13,25% destes estabelecimentos está localizada em áreas de assentamentos.

2 – Estabelecimentos Agropecuários Familiares Com Valor de Produção e Área maior que 20 hectares:

Aqueles estabelecimentos agropecuários familiares que não obtiveram receitas com a atividade agropecuária, porém obtiveram valor de produção com estas atividades e possuíam área maior que 20 hectares. Este grupo, não tão grande quanto o anterior, é formado por 138.864 estabelecimentos, os quais representam 10,62% do total. São estabelecimentos com área média significativa, em torno de 56,89 hectares, representando 2,37% do total da área ocupada pelos estabelecimentos da agricultura familiar brasileira. Assim como o grupo anterior, a maior parte do valor de sua produção advém da produção vegetal (83,26%), enquanto que o percentual do valor de produção destinada ao autoconsumo é de 92,67%. Tais estabelecimentos também possuem valores de receitas com aposentadorias e pensões significativas (66,56%), sendo que 14,69% receberam assistência técnica. Do total de estabelecimentos deste grupo, apenas 4,01% estão localizados em áreas de assentamentos.

3 – Estabelecimentos Agropecuários Familiares Sem Valor de Produção:

Aqueles estabelecimentos agropecuários familiares que não obtiveram receitas com a atividade agropecuária, assim como não obtiveram valor de produção com estas atividades,

independente do tamanho de área. Este grupo corresponde a 355.965 estabelecimentos, os quais representam 27,22% do total dos sem receitas. Possuem área média de 24,10 hectares, ocupando 2,57% da área agrícola nacional. Suas receitas com aposentadorias são significativas (42,11%), porém menos que a dos grupos anteriores. 6,48% destes estabelecimentos encontra-se em área de assentamentos e apenas 12,19% tiveram acesso à assistência técnica.

4 – Estabelecimentos Agropecuários Familiares Sem Área:

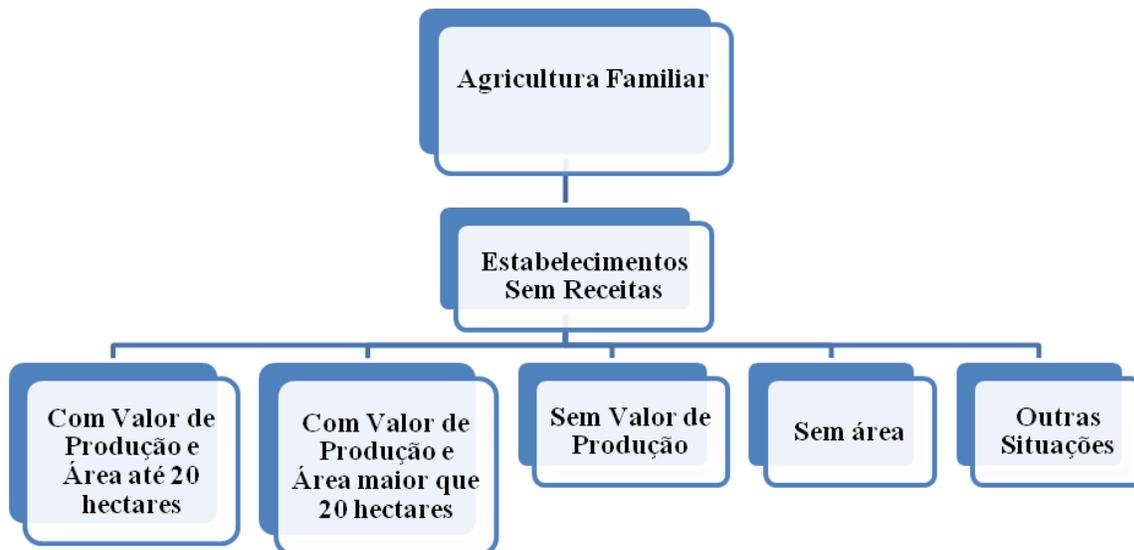
São aqueles estabelecimentos que não dependiam de uma área específica, porém, na data de referência, o produtor não mais a possuísse, como, por exemplo, produtores de mel, produtores em leitos de rio na época da vazante, produtores em faixa de proteção ou acostamento de estradas, produtores de carvão vegetal que possuíam os fornos utilizando lenha adquirida de terceiros, e as atividades de extração, coleta ou apanha de produtos que foram obtidos de matas naturais (IBGE, 2009, p. 32/33). Este grupo é o menor dentre os sem receitas, formado por 87.480 estabelecimentos, os quais representam 6,69% do total de estabelecimentos. Sua produção é fundamentalmente vegetal (71,27%) e destinada ao autoconsumo (88,88%). Suas receitas com aposentadorias correspondem a pouco mais da metade do valor total das receitas obtidas pela família (53,81%). Dentre os estabelecimentos sem receitas é o que possui maior percentual de unidades em áreas de assentamentos (16,91%) e apenas 4,68% do total destes estabelecimentos acessaram assistência técnica.

5 – Estabelecimentos Agropecuários Familiares com Outras Situações:

Finalmente, o quinto grupo entre os estabelecimentos sem receitas agropecuárias é aquele em que se enquadram estabelecimentos em outras situações que não as quatro anteriores. Este grupo corresponde a 87.720 estabelecimentos, representando 6,71% do total de estabelecimentos sem receitas. Possui área média de 13,69 hectares, ocupando 0,36% da área agrícola do país. Pouco mais da metade das receitas do produtor e da família advém de aposentadorias (50,34%) e 7,38% destes estabelecimentos estão em situação de assentamentos de reforma agrária. Assim como os demais grupos, é pequeno o número de estabelecimentos que acessaram assistência técnica (9,83%).

Para fazer a segmentação do universo dos estabelecimentos familiares sem receitas de atividades agropecuárias em cinco grupos distintos foi utilizada a variável valor da produção e área de terra, tal como indicado na Figura 2.

Figura 02: Tipologia dos Estabelecimentos Agropecuários Familiares Sem Receitas Agropecuárias



Vale a pena insistir: estes 1.307.940 são estabelecimentos agropecuários familiares que não possuem ou não declararam nenhuma receita advinda de atividades agropecuárias, mas isto não quer dizer, conforme explicamos na metodologia, que sejam estabelecimentos que não possuem nenhum acesso a receitas e nem mesmo que não tenham realizado produção alguma. É preciso lembrar que o produtor e os membros de sua família podem obter receitas ou ingressos monetários de outras atividades não decorrentes da produção agropecuária. Da mesma forma, existem estabelecimentos que realizam produção mas não a vendem, como é o caso da produção para autoconsumo ou mesmo aquelas atividades de produção permanente (silvicultura e extrativismo) e/ou temporária mas sem colheita ou desfrute anual (pecuária) e que, portanto, não convertem a produção realizada em venda no ano (no caso 2006) em que o Censo Agropecuário realiza o levantamento das informações.

Neste sentido, formulamos três hipóteses que levamos em consideração para nos ajudar a explicar como estes estabelecimentos agropecuários familiares, que têm produção mas não a vendem, podem subsistir e se reproduzir no meio rural do Brasil? A primeira delas é que as condições de produção destes estabelecimentos explicam as suas características. Tratar-se-ia de estabelecimentos de pequenos produtores que produzem basicamente para autoconsumo, auferindo alguma receita com a venda de suas produções somente quando produzem algum excedente. Mas também podem ser estabelecimentos que apesar de possuírem áreas maiores de terra se dedicam a criação de pecuária extensiva, ou a culturas de exploração florestal, cujas receitas não são anuais e contínuas e, por isso, podem não ter obtido receitas no período anterior de coleta dos dados do Censo Agropecuário. Ou, podem ser estabelecimentos que ainda não possuem receitas devido ao fato de que a terra foi recém ocupada ou acessada, tal como nas situações de assentamentos de reforma agrária ou produtores que iniciam um nova atividade agropecuária, que possivelmente teriam

iniciando suas atividades no ano anterior ao Censo e, assim, ainda não possuíam registro de produção destinada para a venda.

A segunda hipótese que pode explicar porque estes estabelecimentos familiares têm produção mas não obtém receitas agrícolas refere-se à possíveis efeitos de adventos climáticos. De fato, em 2006, ano da coleta dos dados, houve uma forte estiagem que atingiu a região Nordeste do Brasil, afetando significativamente a população e a produção rural daquela região. Resta, portanto, saber se uma parcela expressiva destes estabelecimentos se concentra nestas áreas, o que permitiria confirmar a hipótese.

A terceira é última hipótese pode estar relacionada ao processo de levantamento dos dados, que estaria relacionada a negativa dos entrevistados em declarar aos agentes censitários seus rendimentos, ou mesmo o fato destes rendimentos serem subdeclarados. Esta hipótese encontra respaldo nos trabalhos realizados de Hoffmann (2000; Ney e Hoffmann, 2009) e Dias (2010), que sustentam que algumas variáveis, principalmente as relativas às receitas dos estabelecimentos, podem sofrer problemas como sub declaração²⁵.

Vale salientar que não temos a pretensão de fazer nenhuma análise de tipo causal, razão pela qual estas hipóteses servem apenas como referencias que ajudaram a orientar a seleção de variáveis que pudessem ajudar a descrever a tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares “sem receita”.

5.2.1 Distribuição e localização territorial dos estabelecimentos agropecuários familiares brasileiros sem receitas

O número e a distribuição espacial dos grupos de estabelecimentos agropecuários sem receitas podem ser visualizadas nas tabelas 31 e 32. Conforme verificamos na tabela 31, a maior parte dos estabelecimentos sem receitas compõem o grupo 01, ou seja, aqueles estabelecimentos com valor de produção e área menor que 20 hectares. Tal grupo corresponde a 48,77% do total dos estabelecimentos sem receitas no país, seguido pelo grupo sem valor de produção (27,22%) e pelo grupo com valor de produção e área maior que 20 hectares (10,62%).

²⁵ Hoffmann destaca que malgrado “as informações sobre renda fornecidas no Censo sejam reconhecidamente de boa qualidade, elas apresentam algumas limitações que precisam ser consideradas, tais como (a) os dados sobre rendimento são sempre autodeclarados, o que não evita esquecimentos ou omissões; (b) a subestimação da renda é a subdeclaração dos ganhos mais elevados e; (c) a coleta das informações que tem como base um determinado período correm o risco de não captar os rendimentos variáveis, o que se reflete na dificuldade de captar o rendimento médio na grande variedade de atividades agrícolas existentes ao longo do ano no País.

TABELA 31 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares sem receitas, por número de estabelecimentos, 2006

SemReceitas	Nº Estab.	%
Com Valor de Produção (Área até 20ha)	637 911	48,77
Com Valor de Produção (Área > 20ha)	138 864	10,62
Sem Valor de Produção	355 965	27,22
Sem área	87 480	6,69
Outrassituações	87 720	6,71
Total	1 307 940	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Por sua vez, analisando a localização regional destes grupos, na a tabela 32 abaixo podemos notar que a maioria destes estabelecimentos que não obtiveram receitas agropecuárias no ano de 2006 estão localizados na região Nordeste do país (56,17%), seguidos da região Sudeste (17,38%), Sul (12,55%), Norte (7,97%) e Centro-Oeste (5,94%).

Dentre os pequenos estabelecimentos (até 20ha) que tiveram valor de produção, chama atenção que 64,94% encontram-se na região Nordeste. Este dado esta de acordo com uma de nossas hipóteses anteriormente levantadas, qual seja, a de que tais estabelecimentos são caracterizados por pequenas produções, sendo que só obtém receitas com a venda destas produções quando conseguem produzir algum excedente, produzindo, portanto, apenas para o autoconsumo.

TABELA 32 - Brasil, estabelecimentos agropecuários familiares sem receitas, segundo localização por Grande Regiões, 2006

SemReceitas	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		C.O		Total	
	Nº Estab.	%										
Com Valor de Produção (Área até 20ha)	19 729	3,09	414 284	64,94	98 330	15,41	88 964	13,95	16 604	2,60	637 911	100,00
Com Valor de Produção (Área > 20ha)	27 301	19,66	59 138	42,59	22 108	15,92	12 447	8,96	17 870	12,87	138 864	100,00
Sem Valor de Produção	43 059	12,10	143 335	40,27	88 721	24,92	43 726	12,28	37 124	10,43	355 965	100,00
Sem área	6 479	7,41		72,12	8 855	10,12	7 400	8,46	1 657	1,89	87 480	100,00

			63 089										
Outrassituações	7 630	8,70	54 761	62,43	9 325	10,63	11 612	13,24	4 392	5,01	87 720	100,00	
Total	104 198	7,97	734 607	56,17	227 339	17,38	164 149	12,55	77 647	5,94	1 307 940	100,00	

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Analisando o outro grupo de estabelecimentos com valor de produção, todavia com área superior a 20 hectares, percebemos que boa parte encontra-se também na região Nordeste (42,59%), porém há boa porcentagem localizada na região Norte (19,66%). Estes estabelecimentos, que possuem área média de 56,89 hectares (ver tabela 39) são aqueles anteriormente citados, produtores de pecuária extensiva e explorações florestais, que provavelmente não obtiveram receitas ou pelo fato destas produções não serem anuais e contínuas ou pelo fato da região Nordeste, principalmente, ter sofrido com uma forte estiagem no período anterior à coleta dos dados do Censo²⁶.

Finalmente, os estabelecimentos Sem valor de produção, que representam apenas 27,71% do total de estabelecimentos sem receitas, encontram-se, além da região Nordeste (40,27%), principalmente na região Sudeste (24,92%).

Verificando os dados sobre os valores de produção dos estabelecimentos na tabela 33, nota-se que dentre os dois grupos de estabelecimentos com tais valores, a maior parte do valor de suas produções advém da produção vegetal, correspondendo a 86,35% do valor total da produção dos pequenos estabelecimentos e a 83,26% dos estabelecimentos com mais de 20 hectares. Estes dados demonstram que, apesar de não auferirem receitas naquele ano, os estabelecimentos não são desprezíveis do ponto de vista de suas produções, notadamente aquelas de origem vegetal, já que estão sendo capazes de gerar valor econômico de seus estabelecimentos, ainda que não a partir da venda de seus produtos. Isto é, há geração de valor, mas ele não é convertido em receita monetária.

TABELA 33 – Brasil, estabelecimentos agropecuários familiares sem receitas, segundo composição dos valores de produção animal, vegetal, agroindustrial e total, 2006

	% Produção Animal	% Produção Vegetal	% Produção Agroindústria	% Produção do Estabelecimento
SemReceitas				

²⁶ As regiões Norte e Nordeste do país, no ano de 2005/06, passaram por um período de extensa estiagem, considerada uma das piores em dos últimos 40 anos na região Norte (INPE, 2005), que acabou prejudicando de forma significativa a produção agropecuária e a população rural da região.

Com Valor de Produção (Área até 20ha)	12,83	86,35	0,83	100,00
Com Valor de Produção (Área > 20ha)	16,33	83,26	0,42	100,00
Sem Valor de Produção	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem área	27,41	71,27	1,32	100,00
Outrassituações	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	14,54	84,74	0,72	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Cabe registrar também que os estabelecimentos Sem área também possuem valor de produção, sendo na sua maioria composto principalmente pela produção de origem vegetal (71,27%) e pela produção animal (27,41%).

Conforme a metodologia utilizada pelo IBGE na construção do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009), a variável valor total de produção do estabelecimento, engloba todos os valores daquilo que foi produzido e consumido no estabelecimento, sejam eles o valor da produção animal e vegetal, o valor agregado da agroindústria e o valor do autoconsumo (aquilo que foi consumido no interior do estabelecimento).

O fato de que os grupos de estabelecimentos Sem valor de produção e em outras situações possuírem valor de produção para autoconsumo e não possuírem valor total de produção do estabelecimento é explicado pelo motivo de que esta produção de autoconsumo refere-se ao autoconsumo dos produtos da agroindústria. Ou seja, no valor total da produção é computado o valor agregado da agroindústria, já no valor do autoconsumo é agregado o valor total da produção da agroindústria consumida no estabelecimento. Assim se um produtor não teve produção, mas adquiriu matéria-prima, por exemplo comprou mandioca e produziu farinha e consumiu farinha, não há valor de produção mas há valor de consumo na agroindústria.

Assim sendo, analisando os dados da tabela 34 abaixo, verificamos que a produção dos estabelecimentos sem receitas agropecuárias são quase totalmente destinadas ao consumo no próprio estabelecimento, chegando a 95,52% do valor total de produção dos estabelecimentos com Valor de Produção e área menor ou igual a 20 hectares, 92,67% dos estabelecimentos com valor de produção e área maior que 20 hectares e a 88,88% do total do valor de produção dos estabelecimentos sem área.

TABELA 34 – Brasil, estabelecimentos agropecuários familiares sem receitas, segundo valores da produção autoconsumo, 2006

SemReceitas	Valor Produção Autoconsumo	% Autoconsumo	Valor Valor Estab.	Total	% Valor Total Produção do Estab.
-------------	----------------------------------	------------------	--------------------------	-------	--

Com Valor de Produção (Área até 20ha)	1 143 008 820	95,52	1 196 564 865	100,00
Com Valor de Produção (Área > 20ha)	558 111 131	92,67	602 288 532	100,00
Sem Valor de Produção	1 066 101	0,00	00 000 000	100,00
Sem área	67 648 076	88,88	76 107 520	100,00
Outrassituações	455 554	0,00	0	100,00
Total	1 770 289 682	94,42	1 874 960 918	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Cabe notar que os estabelecimentos sem valor de produção, assim como os em outras situações, possuem valores de produção para autoconsumo, porém não possuem valor de produção total do estabelecimento.

Analisando os dados da tabela 35, verificamos que em todas as regiões, os estabelecimentos familiares sem receitas, possuem percentual de produção para autoconsumo extremamente elevado, com destaque para os pequenos estabelecimentos com valor de produção, para os quais o percentual de produção do autoconsumo chega a mais de 90% do valor de produção do estabelecimento.

Estes dados revelam a importância da produção para autoconsumo na agropecuária brasileira, especialmente entre os estabelecimentos familiares com menor área. Notadamente, este tipo de produção faz parte das estratégias de reprodução social e econômica adotadas pelos agricultores, ainda que permaneçam “invisíveis” do ponto de vista de mercado (GRISA, SCHNEIDER E CONTERATO, 2013)²⁷.

TABELA 35 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares sem receitas, segundo valores da produção do autoconsumo (%), 2006

Tipologia	Valor Produção Autoconsumo	Valor	Total	Valor	Total
		Produção Autoconsumo (%)	Produção Estabelecimento	Produção Estabelecimento (%)	do Estabelecimento
Norte					
Com Valor de Produção (Área até 20ha)	153 010 574	94,18	162 463 406		100,00
Com Valor de Produção (Área > 20ha)	86 799 678	91,51	94 856 292		100,00

²⁷Diversos foram os estudos que trataram deste tema no caso brasileiro destacando a importância fundamental deste tipo de produção (HEREDIA, 1979; BRANDÃO, 1981; GARCIA JÚNIOR, 1989), sendo que mais recentemente este debate tem sido atrelado à questão da segurança alimentar, a redução da pobreza e as interfaces entre a sociabilidade e a identidade social dos agricultores (MENASCHE, 2008; GRISA, 2007; LEITE, 2004; GAZOLLA, 2004).

Sem Valor de Produção	61 052	0,00	000 000 000	100,00
Sem área	8 434 684	49,20	17 143 727	100,00
Outrassituações	32 573	0,00	000 000 000	100,00
Total	248 338 560	90,48	274 463 425	100,00
Nordeste				
Com Valor de Produção (Área até 20ha)	565 466 307	99,49	568 376 927	100,00
Com Valor de Produção (Área > 20ha)	211 263 115	98,16	215 229 940	100,00
Sem Valor de Produção	770 449	0,00	000 000 000	100,00
Sem área	45 747 101	101,75	44 960 735	100,00
Outrassituações	371 161	0,00	000 000 000	100,00
Total	823 618 132	99,40	828 567 601	100,00
Sudeste				
Com Valor de Produção (Área até 20ha)	172 060 416	87,51	196 621 074	100,00
Com Valor de Produção (Área > 20ha)	95 921 598	84,03	114 157 793	100,00
Sem Valor de Produção	34 441	0,00	000 000 000	100,00
Sem área	5 381 396	93,83	5 735 371	100,00
Outrassituações	13 951	0,00	000 000 000	100,00
Total	273 411 802	86,38	316 514 238	100,00
Sul				
Com Valor de Produção (Área até 20ha)	218 651 792	93,33	234 275 409	100,00
Com Valor de Produção (Área > 20ha)	71 856 554	86,32	83 242 798	100,00
Sem Valor de Produção	199 598	0,00	000 000 000	100,00
Sem área	6 584 892	97,53	6 751 700	100,00
Outrassituações	37 777	0,00	000 000 000	100,00
Total	297 330 613	91,69	324 269 907	100,00
Centro-Oeste				
Com Valor de Produção (Área até 20ha)	33 819 731	97,10	34 828 050	100,00
Com Valor de Produção (Área > 20ha)	92 270 187	97,33	94 801 709	100,00
Sem Valor de Produção	561	0,00	000 000 000	100,00
Sem área	1 500 004	98,95	1 515 988	100,00
Outrassituações	92	0,00	000 000 000	100,00
Total	127 590 575	97,28	131 145 747	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Contudo, apesar destes inúmeros trabalhos, há certas dificuldades e limitações em definir metodologias e formas de cálculos para o autoconsumo, principalmente em relação à determinação dos limites desta produção com a produção comercial (GRISA, SCHNEIDER E CONTERATO, 2013). Estas dificuldades ganham maiores proporções na medida em que este tipo de produção, por não ser transformada em receita monetária, passa a ser considerada desprezível do ponto de vista econômico, e por isso deixa de ser analisada. Desta forma, boa parte dos levantamentos estatísticos não é capaz de mensurar a importância desta produção, justamente por ela não ser transformada em receita.

Na tentativa de buscar compreender e caracterizar estes estabelecimentos com produção, mas sem receitas declaradas no Censo, pensamos ser relevante verificar o percentual de estabelecimentos em cada um dos grupos que se encontravam em situação de assentamento.

Esta hipótese é relevante pelo fato de que no período entre os dois últimos Censos Agropecuários (1995-2006) o governo brasileiro realizou grande número de assentamentos de reforma agrária, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Segundo estudo feito por Del Grossi *et al.* (2009) o número total de assentamentos no Brasil, no ano de 2006 era de 575.101, os quais correspondiam a 12% do total de estabelecimentos agropecuários no país. Na região Norte, este percentual cresce para 27% dos estabelecimentos, enquanto que na região Nordeste os estabelecimentos em situação de assentamentos correspondem a 39% do total de estabelecimentos (DEL GROSSI *et al.*, 2009).

TABELA 36 - Distribuição dos estabelecimentos entre as grandes regiões segundo o tipo de estabelecimento (%). Brasil, 2006.

Região/Tipo	Assentado	Exclusivamente familiar	Familiar com contratado	Não familiar	Total
BRASIL	100	100	100	100	100
Norte	27,69	7,56	4,94	4,34	9,19
Nordeste	39,92	49,53	48,15	36,91	47,42
Sudeste sem SP	4,85	13,45	15,48	22,82	13,42
São Paulo	2,6	3,92	4,87	11,17	4,4
Sul	9,33	21,49	20,29	13,62	19,44
Centro-Oeste	15,62	4,05	6,29	11,14	6,13

Fonte: Kageyama *et al.* (2013, p. 112). Elaboração dos autores a partir de tabulações especiais do Censo Agropecuário 2006.

Analisando os dados da tabela acima, retirada de Kageyama *et al.* (2013), verificam-se os mesmos números de estabelecimentos em situação de assentamento encontrados por Del Grossi *et al.* (2009). Desta forma, tais dados reforçam nossa hipótese de que boa parte dos estabelecimentos que não declararam receitas com a atividade agropecuária o fizeram pelo fato de encontrarem-se em situação de assentamento, ainda em fase inicial ou sem condições de produção de excedentes que fossem destinados à venda.

Apesar de encontrarem os mesmos resultados, Kageyama *et al.* (2013) ressaltaram algumas dificuldades e limitações em relação à coleta dos dados de assentamentos feitas pelo Censo 2006. Segundo tais autores, o Censo Agropecuário de 2006 encontrou 189.191 estabelecimentos de assentados, incluindo aí apenas aqueles que se auto-declararam como pertencentes a assentamentos, o que acabou subestimando o total desta categoria

A principal limitação foi identificar a condição legal do produtor entrevistado, o que levou Marques (2010) a sugerir uma combinação de variáveis distintas as do Censo, que dimensionasse melhor o total de estabelecimentos de assentados. Assim sendo, para este autor, seriam considerados assentados aqueles que satisfizessem pelo menos uma das seguintes condições: ponto georreferenciado dentro dos perímetros informados pelo INCRA ou identificados pelo IBGE, ou que se declararam originários de projetos de assentamento criado após 1985, ou que obtiveram a terra via reforma agrária por titulação ou com área de terras sem título definitivo. A partir destas variáveis, o IBGE recalculou o número de assentados chegando ao total de 575.101 estabelecimentos.

Desta forma, a partir desta reclassificação, os estudos puderam ser padronizados, tendo chegado a um percentual de assentamentos em torno de 12% do total de estabelecimentos no país (Del Grossi *et al.*, 2009; Kageyama *et al.*, 2013).

Em relação aos estabelecimentos familiares sem receitas da nossa tipologia, segundo os dados da tabela abaixo, 13,25% dos estabelecimentos com valor de produção e área menor ou igual a 20 hectares encontravam-se na condição de assentamentos de reforma agrária no ano de 2006, enquanto que 16,91% dos estabelecimentos sem área encontravam-se também nesta situação.

TABELA 37 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares Sem receitas, segundo percentual de assentamentos, 2006

SemReceitas	Nº Assentamentos	Total Estab.	% Assentamentos
Com Valor de Produção (Área até 20ha)	48 151	637 911	13,25
Com Valor de Produção (Área > 20ha)	34 609	138 864	4,01
Sem Valor de Produção	54 946	355 965	6,48
Sem área	5 174	87 480	16,91
Outrassituações	11 894	87 720	7,38
Total	154 774	1 307 940	8,45

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Abrindo estes dados por grandes regiões, observa-se na tabela 38 que 28,80% dos estabelecimentos da região Norte com valor de produção e área menor que 20 hectares

são assentamentos rurais, enquanto este percentual chega a 34,42% dos estabelecimentos da região Centro-Oeste.

Entre os estabelecimentos com valor de produção e área maior que 20 hectares, estas mesmas duas regiões também se destacam quanto ao número de estabelecimentos em situação de assentamento, sendo que quase a metade dos estabelecimentos nesta situação, localizados na região Norte (47,34%), são assentados, assim como mais da metade (53,71%) dos estabelecimentos da região Centro-Oeste encontram-se nesta situação. Dentre os estabelecimentos sem valor de produção nestas duas regiões, o número de assentados é de 44,03% na região Norte e 39,03% na região Centro-Oeste.

Fundamentalmente, estes dados demonstram que, pelo menos em duas regiões do país, quase a metade dos estabelecimentos que não obtiveram receitas são assentamentos rurais, evidenciando as dificuldades que estes estabelecimentos nesta situação enfrentam para a obtenção de receitas através da comercialização de suas produções

TABELA 38 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares Sem Receitas, segundo número de assentamentos (%) por Grandes Regiões, 2006

SemReceitas	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total Assentamentos
Com Valor de Produção (Área até 20ha)	28,80	7,00	3,39	4,99	34,42	13,25
Com Valor de Produção (Área > 20ha)	47,34	14,92	10,39	7,76	53,71	4,01
Sem Valor de Produção	44,03	10,76	4,98	3,81	39,03	6,48
Sem área	10,13	5,94	2,64	3,54	16,72	16,91
Outrassituações	35,45	10,68	6,66	7,94	40,89	7,38
Total	39,28	8,55	4,80	5,03	41,05	8,45

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Sobre a área destes estabelecimentos sem receitas, aqueles que possuem valor de produção e área menor que 20 hectares, têm área média de apenas 4,14 hectares, constituindo-se como estabelecimentos extremamente pequenos. Entre os estabelecimentos com valor de produção e área maior que 20 hectares, a área média dos estabelecimentos é de surpreendentes 56,89 hectares, os quais respondem a 2,37% do total da área ocupada pela agricultura no país.

Por sua vez, os estabelecimentos sem valor de produção possuem área média de 24,10 hectares e ocupam 2,57% do total da área agrícola do país. Ou seja, os 355.965 estabelecimentos que não obtiveram receitas e não possuíam valor de produção acessam 2,37% do total da área agrícola do país, número extremamente significativo.

Esta variável é outra que demonstra que estes estabelecimentos, outrora menosprezados e tidos como sem relevância para a agricultura brasileira possuem características extremamente importantes do ponto de vista de seu potencial produtivo e da área ocupada, apesar de não terem auferido receitas.

TABELA 39 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos familiares Sem Receitas, segundo área média (ha) e área por tipo (%), 2006

SemReceitas	Área média (ha)	% Área por tipo sobre área total
Com Valor de Produção (Área até 20ha)	4,14	0,79
Com Valor de Produção (Área > 20ha)	56,89	2,37
Sem Valor de Produção	24,10	2,57
Sem área	0,00	0,00
Outrassituações	13,69	0,36
Total	15,54	6,09

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Abrindo os dados de área por grandes regiões, verificamos que na região Norte os estabelecimentos com valor de produção e área maior que 20 hectares possuem área média de 73,35 hectares, enquanto que no Nordeste a área média é de 55,39 hectares. Estas características de área indicam aquilo que já afirmamos, qual seja, de que este grupo de estabelecimentos pratica, principalmente, a pecuária extensiva e atividades de exploração florestal.

Também é interessante ressaltar que os estabelecimentos sem valor de produção possuem áreas médias significativas seja qual for a região em que se localizam, variando de 50,65 hectares na região Norte a 14,62 hectares na região Sul.

TABELA 40 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares Sem Receitas, segundo área média (ha) e área por tipo (%), por Grandes Regiões, 2006

SemReceitas	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		
	Área média	% por tipo	Área média								
Com Valor de Produção (Área até 20ha)	6,07	0,04	3,30	0,41	5,40	0,16	5,46	0,15	8,05	0,04	
Com Valor de Produção (Área > 20ha)	73,35	0,60	55,39	0,98	49,04	0,32	35,73	0,13	61,15	0,33	
Sem Valor de Produção	50,65	0,65	17,40	0,75	18,23	0,48	14,62	0,19	44,39	0,49	
Sem área	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outrassituações	29,33	0,07	10,01	0,16	14,71	0,04	12,32	0,04	33,87	0,04	
Total	43,45	1,36	10,46	2,30	14,82	1,01	10,43	0,51	38,94	0,91	

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

5.2.2. Composições das receitas do produtor e da família e interações sociais dos estabelecimentos agropecuários familiares sem receitas agropecuárias

Este grupo de estabelecimentos, como temos demonstrado, apesar de não auferirem ou declararem receitas oriundas da venda de sua produção agropecuária no ano de coleta dos dados do Censo 2006, possuem algumas características que indicam um potencial de desenvolvimento agropecuário que não pode ser desconhecido nem menosprezado, ainda que necessite de maiores estudos.

Todavia, apesar de não possuírem receitas oriundas da venda de suas produções agropecuárias, estes estabelecimentos possuem (e declararam) o recebimento de receitas oriundas de atividades realizadas pelo produtor e/ou pela família²⁸.

Alguns estudos recentes questionaram a capacidade destes estabelecimentos em manterem-se na agricultura, utilizando-se do argumento de que tais estabelecimentos vivem especialmente (e primordialmente) do recebimento de aposentadorias ou pensões e da participação em programas sociais de governo.

Contudo, analisando os dados da tabela abaixo, verificamos que, do total de estabelecimentos sem receitas, apenas 18,78% declararam ter recebido receitas através de aposentadorias ou pensões, e apenas 12,77% declararam auferir renda através da participação em programas de governo.

O baixo número de estabelecimentos participantes de programas de governos, provavelmente explique-se pelo fato de que a unificação dos programas sociais do governo federal brasileiro, através do Programa Fome Zero (atual Brasil Sem Miséria), tenha ocorrido apenas no final de 2003, sendo deste mesmo período o programa mais significativo destinado à população de baixa renda, o Bolsa Família.

TABELA 41 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares Sem receitas, segundo número de estabelecimentos (%) que receberam receitas, por tipos de receitas, 2006

SemReceitas	Pensão/Aposent.	Trab. ForaEstab.	Programa Governo
Com Valor de Produção (Área até 20ha)	23,80	8,73	18,37

²⁸Conforme o manual do IBGE, as receitas do produtor e da família compreendem as receitas oriundas de aposentadorias ou pensões; atividades realizadas fora do estabelecimento; doações; participação em programas de governo; atividade de pescada e desinvestimentos (IBGE, 2009).

Com Valor de Produção (Área > 20ha)	24,14	7,54	10,39
Sem Valor de Produção	11,30	9,17	3,54
Sem área	12,22	7,25	19,23
Outrassituações	10,64	7,35	6,88
Total	18,78	8,53	12,77

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Atualmente, estima-se a existência de cerca de 16 milhões de pessoas extremamente pobres vivendo no país, sendo que deste total, 7,6 milhões residem no meio rural, correspondendo a 1,73 milhão de domicílios (BRASIL SEM MISÉRIA, 2013). Deste total de habitantes rurais extremamente pobres, 66% residem na Região Nordeste e 20% na Região Norte, exatamente as regiões em que o número de estabelecimentos sem receitas é maior.

Em relação especificamente ao Programa Bolsa Família, segundo alguns estudos, no ano de 2006 eram atendidas 11,1 milhões de famílias de baixa renda em todo o território nacional (WEISSHEIMER, 2006). Já no ano de 2011, este número elevou-se para 12,6 milhões de famílias, (RABELO, 2011). Atualmente, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, são mais de 13 milhões de famílias beneficiadas e participantes deste programa (BRASIL, 2013).

Portanto, tais dados demonstram que este programa vem sendo ampliado a nível nacional, abrangendo cada vez mais famílias e destinando maiores recursos em prol da diminuição da miséria ao longo dos anos. Ainda que isto ocorra, a análise dos dados demonstra que, potencialmente, há um contingente razoável de pessoas que poderiam ser enquadrados como beneficiários deste programa, principalmente no meio rural, que ainda não se encontram contemplados²⁹.

Neste sentido, explica-se, em parte, o baixo número de estabelecimentos que declararam participação nos programas de governo, já que estes se encontravam em seus inícios no ano de coleta dos dados do Censo Agropecuário 2006.

Ademais de tais fatos, chama atenção o fato de que do total de estabelecimentos sem receitas e sem valor de produção, apenas 11,30% receberam receitas de aposentadorias, e insignificantes 3,54% receberam receitas de programas de governo. Ou seja, estes

²⁹ Algumas razões que ajudam a explicar a pouca participação de potenciais beneficiários no programa Bolsa Família podem ser problemas de inclusão no cadastro único ou não adequação aos critérios de inclusão exigidos pelo programa (renda per capita até R\$ 140,00) ou não cumprimento das condicionalidades (frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e mínima de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos; acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos; e pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrizes na faixa etária de 14 a 44 anos; frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos serviços socioeducativos para crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil), principalmente em regiões do semi-árido Nordeste.

estabelecimentos não são mantidos apenas através de receitas oriundas de programas de transferência de renda ou de aposentadorias, haja vista o pequeno número de estabelecimentos que declararam receitas deste tipo.

Abrindo estes dados por grandes regiões, verificamos na tabela abaixo que se encontra na região Sul o maior percentual de estabelecimentos sem receitas com atividade agropecuária que receberam receitas de aposentadorias ou pensões (25,54%), seguido dos estabelecimentos da região Nordeste (20,11%). Já em relação ao recebimento de receitas através da participação em programas de governo, é na região Nordeste que localiza-se o maior percentual de estabelecimentos sem receitas agropecuários que participam de programas de governo (18,33%), seguidos da região Sudeste (6,81%).

Finalmente, o maior percentual de estabelecimentos que declararam receber receitas com atividades realizadas fora do estabelecimento estão localizados na região Sul, seguidos pelos da região Centro-Oeste.

Se analisarmos cada um dos grupos de estabelecimentos sem receitas, verificamos que estão entre os grupos com valor de produção os maiores percentuais, em todas as grandes regiões, que declararam ter recebido receitas com pensão e aposentadorias, sendo bem mais significativos que os outros grupos.

TABELA 42 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares Sem receitas, segundo número de estabelecimentos (%) que receberam receitas, por tipos de receitas, Grandes Regiões, 2006

SemReceitas	Pensão/Aposent.	Trab. ForaEstab.	Programa Governo
Norte			
Com Valor de Produção (Área até 20ha)	11,05	7,03	10,09
Com Valor de Produção (Área > 20ha)	11,44	7,13	7,64
Sem Valor de Produção	4,75	6,21	2,81
Sem área	4,54	5,29	11,45
Outrassituações	4,27	3,81	3,01
Total	7,65	6,37	6,01
Nordeste			
Com Valor de Produção (Área até 20ha)	22,40	7,37	23,30
Com Valor de Produção (Área > 20ha)	31,15	6,07	16,18
Sem Valor de Produção	15,19	8,76	6,41
Sem área	12,61	6,16	22,24
Outrassituações	12,45	7,47	9,79

Total	20,11	7,44	18,33
Sudeste			
Com Valor de Produção (Área até 20ha)	25,26	10,25	11,67
Com Valor de Produção (Área > 20ha)	25,64	8,32	6,86
Sem Valor de Produção	10,01	9,54	1,13
Sem área	12,33	9,05	14,69
Outrassituações	7,88	6,81	2,02
Total	18,13	9,60	6,81
Sul			
Com Valor de Produção (Área até 20ha)	33,48	13,16	6,99
Com Valor de Produção (Área > 20ha)	34,29	9,67	3,09
Sem Valor de Produção	12,24	12,33	0,85
Sem área	16,97	16,01	8,35
Outrassituações	10,84	9,36	1,46
Total	25,54	12,53	4,73
Centro-Oeste			
Com Valor de Produção (Área até 20ha)	13,46	11,86	5,94
Com Valor de Produção (Área > 20ha)	11,42	10,56	4,91
Sem Valor de Produção	5,88	9,63	2,20
Sem área	5,73	7,85	7,91
Outrassituações	4,33	7,88	1,87
Total	8,69	10,19	3,73

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Já o número de estabelecimentos que receberam receitas com trabalhos fora do estabelecimento e através de programas de governos, de forma geral, seguem um padrão entre todos os grupos, não predominando nenhum dos grupos sobre os outros. Isto também ocorre analisando os dados sobre os estabelecimentos que receberam receitas através de programas de governo, sendo que apenas entre os estabelecimentos com valor de produção e área menor que 20 hectares (23,30%) e entre os estabelecimentos sem área (22,24%) da região Nordeste estes números são mais significativos.

Estes dados revelam, portanto, que os percentuais de estabelecimentos que recebem receitas com pensões e aposentadorias, assim como através da participação em programas de governo é relativamente baixo, não alcançando sequer a metade destes estabelecimentos sem receitas agropecuárias.

Porém, analisando a composição das receitas do produtor e da família através dos percentuais ocupados por cada uma destas fontes de receitas, verificamos que 61,32% do valor total das receitas auferidas através de atividades realizadas pelo produtor ou por algum membro da família são oriundas do recebimento de pensões e aposentadorias. Isto é, poucos estabelecimentos declararam receber receitas de aposentadorias, mas a parcela

de valor deste tipo de receita no total das receitas do produtor e da família é muito importante (DELGADO, 2009; 2002; 2000).

A importância destas receitas na manutenção das famílias no meio rural fica clara, na medida em que responde por 70,05% do valor total das receitas dos estabelecimentos com valor de produção e área menor que 20 hectares e a 66,56% entre os estabelecimentos com valor de produção e área maior que 20 hectares.

TABELA 43 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares Sem Receitas, segundo composição das receitas do produtor e da família, 2006

SemReceitas	% ReceitaPens ão/Apos.	% Receita ForaEs tab.	% Receita Doaçõe s	% Valor Receita Prog. Governo	% Receita Pescad o	% ReceitaDe sinvestime nto	% Total Receita Família
Com Valor de Produção (Área até 20ha)	70,05	20,48	0,65	7,94	0,46	0,42	100,00
Com Valor de Produção (Área > 20ha)	66,56	26,37	0,83	4,56	0,59	1,09	100,00
Sem Valor de Produção	42,11	53,88	0,57	2,34	0,00	1,10	100,00
Sem área	53,81	20,17	1,02	14,28	10,47	0,25	100,00
Outrassituações	50,34	41,12	1,72	5,39	0,00	1,42	100,00
Total	61,32	30,18	0,71	6,30	0,78	0,71	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Em termos de regiões, a tabela 44 demonstra que é entre os estabelecimentos nordestinos que as aposentadorias têm maior percentual na composição do total das receitas do produtor e da família, correspondendo a 71,56% do valor total recebido pela família.

Outra atividade extremamente importante na composição das receitas dos estabelecimentos são as atividades realizadas fora do estabelecimento, que apesar de realizarem-se em apenas cerca de 9% dos estabelecimentos sem receitas agropecuárias, correspondem a 30,18% do total das receitas auferidas pelo produtor e pela família.

TABELA 44 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares Sem Receitas, segundo composição das receitas do produtor e da família, por Grandes Regiões, 2006

	% ReceitaPen são/Apos.	% ReceitaFo raEstab.	% Receita Doações	% Receit aProg. Gover no	% Rec eita Pesc ado	% ReceitaDesin vestimento	% Total Receita Família
Norte							
Com Valor de Produção (Área até 20ha)	48,32	26,79	0,62	11,13	12,83	0,30	100,00
Com Valor de Produção (Área > 20ha)	52,61	34,47	1,20	6,95	3,48	1,28	100,00
Sem Valor de Produção	31,30	61,15	0,88	5,34	0,00	1,33	100,00
Sem área	10,71	8,30	0,27	7,81	72,86	0,04	100,00
Outrassituações	48,09	42,52	2,33	6,86	0,00	0,20	100,00
Total	39,70	38,27	0,89	7,49	12,75	0,89	100,00
Nordeste							
Com Valor de Produção (Área até 20ha)	74,84	11,78	0,76	12,14	0,29	0,19	100,00
Com Valor de Produção (Área > 20ha)	80,46	12,09	0,75	6,04	0,20	0,45	100,00
Sem Valor de Produção	58,94	35,47	0,62	4,32	0,00	0,64	100,00
Sem área	63,60	14,56	1,37	18,67	1,57	0,22	100,00
Outrassituações	62,10	27,77	0,99	8,21	0,00	0,94	100,00
Total	71,56	16,82	0,78	10,22	0,29	0,34	100,00
Sudeste							
Com Valor de Produção (Área até 20ha)	66,47	28,00	0,50	4,29	0,14	0,60	100,00
Com Valor de Produção (Área > 20ha)	59,85	34,98	0,99	2,23	0,54	1,41	100,00
Sem Valor de Produção	35,41	62,04	0,49	0,78	0,00	1,28	100,00
Sem área	56,33	30,00	0,46	10,95	1,52	0,73	100,00

Outrassituações	35,55	59,79	0,88	1,71	0,00	2,08	100,00
Total	53,32	42,15	0,57	2,81	0,16	0,99	100,00
Sul							
Com Valor de Produção (Área até 20ha)	66,48	30,35	0,41	1,88	0,11	0,76	100,00
Com Valor de Produção (Área > 20ha)	64,74	31,72	0,43	1,36	0,05	1,70	100,00
Sem Valor de Produção	35,18	62,58	0,31	0,52	0,00	1,41	100,00
Sem área	49,66	44,26	0,56	3,85	1,41	0,27	100,00
Outrassituações	38,46	58,52	0,40	0,89	0,00	1,73	100,00
Total	57,83	39,09	0,40	1,55	0,12	1,02	100,00
Centro-Oeste							
Com Valor de Produção (Área até 20ha)	46,15	47,28	1,67	3,78	0,57	0,55	100,00
Com Valor de Produção (Área > 20ha)	37,23	54,16	1,09	5,16	0,27	2,10	100,00
Sem Valor de Produção	24,96	70,24	1,02	2,39	0,00	1,40	100,00
Sem área	36,17	44,09	1,01	17,36	1,10	0,28	100,00
Outrassituações	16,18	60,83	15,78	2,99	0,00	4,21	100,00
Total	33,34	59,45	1,86	3,65	0,23	1,48	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Chama atenção que na região Centro-Oeste o valor recebido através de trabalhos realizados fora do estabelecimento corresponde a 59,45% do total do valor auferido pela família, superando bastante o valor recebido através de aposentadorias (33,34%). Isto ocorre porque esta região é conhecida produtora de culturas temporárias (tais como algodão e soja), as quais necessitam da utilização de maquinários. Desta forma, este alto valor de atividades realizadas fora do estabelecimento é decorrência de atividades de prestação de serviços através do aluguel de máquinas agrícolas entre vizinhos e conhecidos para os períodos de plantio e colheita das lavouras temporárias.

Finalmente, o percentual do total das receitas do produtor e da família representado pelos programas de governo é bastante baixo, representativo apenas na região Nordeste na qual 10,22% do valor recebido pela família advém desta fonte de receitas.

Em relação ao acesso à assistência técnica, verifica-se na tabela 44 abaixo que, assim como os estabelecimentos com receitas agropecuárias analisados na seção anterior, grande parte dos estabelecimentos sem receitas não tem acesso à assistência técnica. Entre os estabelecimentos com valor de produção e área até 20 hectares, apenas 7,09% receberam assistência técnica, enquanto este número aumenta um pouco quando analisados os estabelecimentos com valor de produção e área maior que 20 hectares (14,69%) e os estabelecimentos sem valor de produção (12,19%).

TABELA 45 - Brasil, tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares sem receitas, segundo acesso à assistência técnica

SemReceitas	NãoReceberam	Receberam	Total
Com Valor de Produção (Área até 20ha)	92,91	7,09	100,00
Com Valor de Produção (Área > 20ha)	85,31	14,69	100,00
Sem Valor de Produção	87,81	12,19	100,00
Sem área	95,42	4,58	100,00
Outrassituações	90,17	9,83	100,00
Total	90,70	9,30	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Isto revela que grande parte dos estabelecimentos agropecuários brasileiros que não possuíram ou não declararam receitas no ano de 2006 – os quais correspondem a 29,95% do total de estabelecimentos familiares do país – não estão recebendo suporte adequado para a melhoria das suas condições produtivas por meio de assistência técnica, o que não permite a melhoria das suas condições de vida.

6. CONCLUSÕES DE RELATÓRIO

Ainda que o Brasil seja visto como um dos países líderes no que se refere as discussões sobre agricultura familiar que marca a atual agenda política e institucional dos *experts* em desenvolvimento agrícola e rural, estamos convencidos de que o conhecimento sobre a diversidade interna deste setor ainda precisa ser aprofundado mesmo em nosso país.

Os dados do último Censo Agropecuário do IBGE mostraram que o Brasil possuía um total de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários no ano de 2006, dos quais 4.367.902 poderiam ser classificados como de agricultores familiares, enquanto que o total de

estabelecimentos com agricultura não-familiar é de 809.369. Por estes dados a agricultura familiar representa 84% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros e ocupa uma área de pouco maior de 80,3 milhões de hectares, o que representa 24,3% da área total dos estabelecimentos rurais brasileiros. Os 4.366.267 estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar estão distribuídos nas cinco grandes regiões do país. O maior número de estabelecimentos familiares – mais da metade – encontra-se na Região Nordeste do país (2.187.131), seguido da Região Sul (849.693) e Sudeste (699.755).

Afortunadamente, o Brasil conta com excelentes fontes de dados secundários e bases estatísticas para realização de estudos e análises detalhadas sobre a estrutura de sua agricultura e as características pormenorizadas dos estabelecimentos agropecuários. Portanto, é possível e necessário dar o passo adiante, o que implica em deixar para trás as discussões abstratas, por vezes ideologizadas, sobre a existência ou não de uma agricultura familiar, mais ou menos camponesa, mais ou menos capitalista, etc, etc. A questão sobre a existência da agricultura familiar é tema superado, que a própria dinâmica social dos últimos vinte anos se encarregou de estabelecer e legitimar. Não cabe aos cientistas sociais a revogação de categorias políticas ou normativas. Ao contrário, à boa ciência cabe interrogar-se sobre a natureza destas categorias, explicar sua existência, compreender seu sentido e desnudar o véu que encobre a forma aparente de seu modo de ser.

O Censo Agropecuário do IBGE de 2006 representa um marco neste processo, pois permitiu que pela primeira vez pudesse se conhecer de forma desagregada a estrutura dos estabelecimentos agropecuários a partir da forma de uso da força de trabalho, que segmenta os estabelecimentos em familiares e não-familiares. Isto permitiu um passo adiante em relação as fórmulas clássicas e tradicionais de classificação de unidades produtivas rurais, que ainda dependiam da variável tamanho de área para estratificação. Já não era sem tempo, pois no século XXI, sabidamente fatores como o acesso a tecnologia e a inserção mercantil passam a ser elementos fundamentais para reprodução social e viabilidade econômica dos empreendimentos rurais.

Com base no Censo Agropecuário 2006 do IBGE, o último disponível, este relatório conseguiu mostrar que o universo dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar brasileira compreende um total de 4.366.267 unidades, que pode ser dividido em três grandes grupos. O mais numeroso é formado por 2.543.819 estabelecimentos cujas receitas de atividades agropecuárias são a fonte majoritária de ingressos, representando em média 90,96% do total das receitas. O segundo grupo é composto por 276.582 de estabelecimentos familiares que possuem múltiplas fontes de receitas, sendo que o peso das receitas agropecuárias chega a 62,54% da receita total. O terceiro grupo de estabelecimentos familiares é formado por 237.926 unidades que denominamos de residentes rurais, pois a receita de atividades agropecuárias é de apenas 16,22% das receitas totais.

As principais diferenças entre os três tipos se referem aos indicadores de produção. Entre os especializados, a produção vegetal representa 70,61% da produção total, ao passo que nos outros dois tipos não chega a 50%. A segunda grande diferença entre os três tipos está na importância da produção para autoconsumo, que representa 58,23% entre os residentes rurais mas apenas 19,74% entre os especializados. A terceira diferença significativa está relacionada às receitas de atividades não-agropecuárias, que representam 83,56% dos ingressos entre os residentes, 36,46% entre os múltiplas fontes e apenas 2,03% entre os especializados. A quarta diferença se refere ao acesso à assistência técnica, que varia de 7,83% entre os residentes, passa para 14% entre os múltiplas fontes de ingresso e chega a 28,08% entre os especializados.

As similaridades mais salientes entre os três tipos estão relacionados ao tamanho médio da área de terra, que é de 20,27 hectares entre os especializados, 16,74 hectares entre os estabelecimentos que possuem múltiplas fontes de ingresso e 10,70 entre os residentes rurais. O mesmo vale para a proporção dos chefes que exerceram atividades fora do estabelecimento, que chega a quase $\frac{1}{4}$ (em torno de 25%) e a proporção da receita das aposentadorias na receita total, que alcança quase 80%, mostrando que o acesso a este ingresso monetário líquido é muito na formação das receitas dos estabelecimentos agropecuários.

Em se tratando de um trabalho cujo objetivo era produzir uma tipologia, podemos descrever cada um dos três tipos dos agricultores familiares brasileiros a partir do seguinte perfil médio:

Agricultura Familiar Especializada – forma o grupo majoritário dos 2.543.819 estabelecimentos que dependem muito fortemente das receitas obtidas com a atividade agropecuária, especialmente a produção vegetal. Trata-se de estabelecimentos que possuem alguma abertura para atividades fora do estabelecimento, mas parece que sua vocação e principal estratégia de reprodução social seguirá sendo a agropecuária;

Agricultura Familiar com Múltiplas Fontes de Ingresso - trata-se de um grupo pequeno de 276.582 estabelecimentos em que a receita agrícola já não é mais a única e nem mesmo a mais importante fonte de ingresso, sendo as entradas monetárias de atividades não-agrícolas e de aposentadorias são significativas. Não são estabelecimentos cujas estratégias de reprodução vão passar pelas atividades agrícolas *stricto sensu*, pois acessam muito pouco os serviços de extensão e possuem áreas de terras relativamente pequenas que criar barreiras para ampliar a agropecuária;

Agricultura Familiar de Residentes Rurais – constitui um grupo de 237.926 estabelecimentos familiares que vivem no espaço rural mas a agricultura e a produção

agropecuária não tem senão um sentido residual. Talvez sua propriedade seja apenas um local de residência. Mesmo assim, realizam alguma produção, especialmente para o autoconsumo.

A decomposição do universo dos 4.366.267 estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar do Brasil nestes três tipos mostrou, portanto, que este setor ainda é fortemente dependente da agricultura e das atividades agropecuárias para formação de seu portfólio de ingressos.

O estudo também permitiu averiguar que as atividades não-agrícolas, ainda que importantes, são ainda uma oportunidade acessível a poucos. O relatório também mostra que há um grupo de estabelecimentos, formado por um tipo que chamamos de residentes rurais, em que a agricultura já deixou de ser a principal atividade econômica e não representa mais uma força econômica capaz de impulsionar as estratégias de vida.

Além destes três tipos de agricultores familiares o estudo revelou um fato novo, ao qual os estudos com base no Censo Agropecuário ainda não havia dedicado atenção. Nos referimos a identificação de um contingente de 1.307.940 estabelecimentos agropecuários familiares (29,95% do total) que não obtiveram ou não declararam receitas de atividade agropecuária em 2006.

Vale notar que inicialmente chegamos a nos indagar sobre a própria maneira de tratar um grupo tão numeroso em face a tipologia triparte que obtivemos. No entanto, discussões mais detalhadas e reflexões nos fizeram perceber que aqui residia um verdadeiro achado deste trabalho, pois conseguimos apontar que há na agropecuária brasileira um grupo significativo de 1.307.940 estabelecimentos agropecuários familiares que em 2006 não obtiveram ganhos de sua produção agrícola. Mas isto não significa, *ipso facto*, que estas unidades sejam ineficientes ou ineptas, pouco produtivas, e que por isto sua saída da agricultura seria o caminho inexorável. Encontramos aqui um explicação pertinente para o fato de que 29,95% do total de estabelecimentos agropecuários não obteve ou não declarou rendimentos de atividade produtiva.

Este sub-grupo de estabelecimentos agropecuários familiares “sem receita” foi classificado em outros cinco tipos, assim distribuídos:

1 – Estabelecimentos Agropecuários Familiares Com Valor de Produção e Área até 20 hectares: aqueles estabelecimentos agropecuários familiares que não obtiveram receitas com a atividade agropecuária, todavia obtiveram valor de produção com estas atividades e possuíam área igual ou inferior a 20 hectares. Este grupo é o maior, formado por 637.911, que correspondem a 48,77% do total. São estabelecimentos muito pequenos em tamanho, pois tem área média de 4,14 hectares e acessam apenas 0,79% da área agrícola do Brasil.

Sua produção é fundamentalmente vegetal (86,35) e destinada ao autoconsumo (95,52%). São unidades em que as receitas de aposentadorias são muito significativas, e apenas 7,09% tem acesso a assistência técnica. Uma parcela de 13,25% destes estabelecimentos está localizada em áreas de assentamentos.

2 – Estabelecimentos Agropecuários Familiares Com Valor de Produção e Área maior que 20 hectares: aqueles estabelecimentos agropecuários familiares que não obtiveram receitas com a atividade agropecuária, porém obtiveram valor de produção com estas atividades e possuíam área maior que 20 hectares. Este grupo, não tão grande quanto o anterior, é formado por 138.864 estabelecimentos, os quais representam 10,62% do total. São estabelecimentos com área média significativa, em torno de 56,89 hectares, representando 2,37% do total da área ocupada pelos estabelecimentos da agricultura familiar brasileira. Assim como o grupo anterior, a maior parte do valor de sua produção advém da produção vegetal (83,26%), enquanto que o percentual do valor de produção destinada ao autoconsumo é de 92,67%. Tais estabelecimentos também possuem valores de receitas com aposentadorias e pensões significativas (66,56%), sendo que 14,69% receberam assistência técnica. Do total de estabelecimentos deste grupo, apenas 4,01% estão localizados em áreas de assentamentos.

3 – Estabelecimentos Agropecuários Familiares Sem Valor de Produção: aqueles estabelecimentos agropecuários familiares que não obtiveram receitas com a atividade agropecuária, assim como não obtiveram valor de produção com estas atividades, independente do tamanho de área. Este grupo corresponde a 355.965 estabelecimentos, os quais representam 27,22% do total dos sem receitas. Possuem área média de 24,10 hectares, ocupando 2,57% da área agrícola nacional. Suas receitas com aposentadorias são significativas (42,11%), porém menos que a dos grupos anteriores. 6,48% destes estabelecimentos encontra-se em área de assentamentos e apenas 12,19% tiveram acesso à assistência técnica.

4 – Estabelecimentos Agropecuários Familiares Sem Área: são aqueles estabelecimentos que não dependiam de uma área específica, porém, na data de referência, o produtor não mais a possuísse, como, por exemplo, produtores de mel, produtores em leitões de rio na época da vazante, produtores em faixa de proteção ou acostamento de estradas, produtores de carvão vegetal que possuíam os fornos utilizando lenha adquirida de terceiros, e as atividades de extração, coleta ou apanha de produtos que foram obtidos de matas naturais (IBGE, 2009, p. 32/33). Este grupo é o menor dentre os sem receitas, formado por 87.480 estabelecimentos, os quais representam 6,69% do total de estabelecimentos. Sua produção é fundamentalmente vegetal (71,27%) e destinada ao autoconsumo (88,88%). Suas receitas com aposentadorias correspondem a pouco mais da metade do valor total das receitas obtidas pela família (53,81%). Dentre os estabelecimentos sem receitas é o que possui maior percentual de unidades em áreas de

assentamentos (16,91%) e apenas 4,68% do total destes estabelecimentos acessaram assistência técnica.

5 – Estabelecimentos Agropecuários Familiares com Outras Situações: finalmente, o quinto grupo entre os estabelecimentos sem receitas agropecuárias é aquele em que se enquadram estabelecimentos em outras situações que não as quatro anteriores. Este grupo corresponde a 87.720 estabelecimentos, representando 6,71% do total de estabelecimentos sem receitas. Possui área média de 13,69 hectares, ocupando 0,36% da área agrícola do país. Pouco mais da metade das receitas do produtor e da família advém de aposentadorias (50,34%) e 7,38% destes estabelecimentos estão em situação de assentamentos de reforma agrária. Assim como os demais grupos, é pequeno o número de estabelecimentos que acessaram assistência técnica (9,83%).

Insistimos que o fato de que estes 1.307.940 são estabelecimentos agropecuários familiares não possuírem ou não terem declarado nenhuma receita advinda de atividades agropecuárias, não quer dizer que sejam estabelecimentos que não possuem nenhuma receita e nem mesmo que não tenham realizado produção alguma. É possível que o produtor e os membros de sua família tenham obtido receitas ou ingressos monetários de outras atividades não decorrentes da produção agropecuária, assim como existem estabelecimentos que realizam produção mas não a vendem. E ao não converter o que foi produzido em valor monetário, o Censo Agropecuário apenas coleta a quantidade produzida, mas não a converte em valor.

Este expressivo número de 1.307.940 estabelecimentos com produção mas sem receitas agropecuárias nos chamou a atenção para três aspectos. Primeiro, trata-se de um grande e significativo número de estabelecimentos que nem de longe são improdutivos ou ineficientes. Segundo, é necessário afinar melhor as metodologias de coleta de dados e de cálculos estatísticos para que não se cometa erros de avaliação em relação a este expressivo grupo social do rural brasileiro, especialmente porque entre estes estão aqueles que foram afetados por adventos climáticos (como a estiagem que assolou o Nordeste no ano de 2005, justamente o ano anterior a coleta dos dados do último Censo Agropecuário), assim como entre estes estão aqueles que praticam culturas perenes, cujas receitas e ingressos não são anuais. E, por fim, mas não menos importante, neste grupo também estão incluídos a maior parte dos assentados de reforma agrária, que por estarem iniciando sua atividade no momento em que foram coletados os dados não poderiam mesmo ter receitas e rendimentos a declarar.

A tipologia da agricultura familiar aqui alcançada mostra, portanto, que é absolutamente inequívoco que o desenvolvimento rural do Brasil leve em conta a diversidade de sua estrutura social e econômica da agricultura e do meio rural. Certamente, estudos e

pesquisas sobre esta diversidade econômica e imensa heterogeneidade social são uma demanda necessária e urgente a ser encaminhada.

7. RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR

Entre as recomendações que um estudo desta natureza autoriza a fazer, pode-se citar a necessidade de políticas específicas para os estabelecimentos agropecuários muito pequenos, em que a terra e os demais meios de produção disponíveis não são suficientes para gerar excedente econômico agrícola que possa garantir uma receita adequada. É preciso encontrar alternativas e meios de vida para este grupo no próprio meio rural, ainda que talvez não em atividades agrícolas. Para este grupo, a migração para as cidades já não é uma alternativa viável, especialmente devido a baixa qualificação de sua força de trabalho para se inserir em outros setores que não a agricultura. Mesmo no setor de serviços os requisitos de qualificação profissional tem crescido muito e são uma barreira à entrada.

A segunda recomendação é que em face da diversidade da agricultura familiar do Brasil, verificada a partir da tipologia apresentada, as políticas públicas para esta categoria social precisam, necessariamente, ser diferenciadas e ter um portfólio variado de opções. Este menu de possibilidades vai desde o crédito de custeio e investimento até políticas de caráter compensatório, com ou sem condicionalidades, tais como estão sendo levadas a termo no Brasil. Estas políticas precisam ter pelo menos dois tipos de focos, sendo um deles mais voltado para o fortalecimento das condições de produção e meios que permitam gerar excedentes econômicos. O outro foco voltado deveria ser voltado ao rural *lato sensu*, com ações e programas dirigidos ao fortalecimento dos meios de vida e do acesso a recursos, bens e serviços. Trata-se da combinação de políticas agrícolas e de desenvolvimento rural.

A terceira recomendação deriva da constatação sobre a concentração da agricultura familiar no grupo dos 2.543.819 (58,26% do total) estabelecimentos especializados, cujas receitas de atividades agropecuárias são a fonte majoritária de ingressos, representando em média 90,96% do total das receitas. O mesmo ocorre em relação estabelecimentos não-familiares, que são 809.369 unidades, dos quais 62,93% (509.368) estão igualmente no grupo dos especializados. Ainda que sejam estabelecimentos que dependam da agricultura para sua reprodução social, seria importante analisar suas características internas para compreender melhor seu perfil econômico e produtivo para que se possa entender melhor a origem desta “especialização”. Com os dados que apuramos, não sabemos se são estabelecimentos que cujo valor da produção depende de monocultivos, como grãos ou pecuária, por exemplo. Mas podem também ter alto valor da produção de atividade agropecuária com base em um sistema de produção diversificado, que combina múltiplos cultivos e formas de criação. *A priori*, não é possível concluir ou afirmar que o fato de que suas receitas dependem em mais de 50% de ingresso advindos de atividades agropecuárias representa uma vantagem ou um risco.

A quarta recomendação está relacionada às atividades não-agrícolas. Nos últimos anos, não foram poucos os pesquisadores que vislumbraram saídas ao desenvolvimento rural através do estímulo às atividades não-agrícolas, especialmente através da descentralização industrial de setores intensivos no uso de trabalho (como têxteis e manufaturados) para regiões rurais onde parte desta força de trabalho poderia se acessar postos no mercado de trabalho regional (SCHNEIDER, 2007; 2009; GRAZIANO DA SILVA, 1999; BERDEGUÉ, REARDON, ESCOBAR, 2001). Um exemplo são as empresas que produzem roupas e calçados em municípios médio porte na região do semiárido nordestino. A literatura que acumulamos sobre o tema mostra fartamente que se trata de fortalecer as economias de cidades intermediárias, os territórios rurais que já não vivem mais exclusivamente da agricultura. Portanto, políticas que representem estímulos externos e mesmo mecanismos de proteção contra a importação predatória são importantes para que estas regiões sejam capazes de sobreviver e absorver o excedente da mão-de-obra rural que vem de municípios do entorno onde predominam os estabelecimentos agropecuários muito pequenos e vulneráveis. Sem que encontrem alguma opção regional, estes agricultores familiares pobres continuarão a abastecer os fluxos de migrantes para as áreas metropolitanas, que já estão saturadas.

A quinta recomendação está relacionada à necessidade das políticas públicas para a agricultura familiar aprofundar o apoio aos processos de organização da produção e apoio à construção de mercados. Os agricultores familiares precisam de mais e melhores mercados, para que não fiquem dependentes e vulneráveis dos canais de venda da produção agropecuária que são dominados e oligopolizados pelas grandes cadeias do setor agroalimentar. No Brasil, o ciclo que políticas criativas e bem sucedidas que foi iniciado com a formulação do PRONAF, entre 1993 e 1996, está mostrando sinais de esgotamento, pois o crédito se tornou um fim em si mesmo (especialmente de custeio) que acaba financiado “mais do mesmo” (GAZOLA e SCHNEIDER, 2013), mas muito pouco criativo no estímulo e apoio ao desenvolvimento de inovações fora do esquema produtivista, que implica no financiamentos para compra de insumos, sementes e serviços para cultivos altamente intensivos no uso de agroquímicos e outros itens que elevam o valor do consumo intermediário, o que resulta em drenagem destes recursos para fora do estabelecimento.

Uma última recomendação refere-se à necessidade de compreender melhor as características sociais e a própria dinâmica econômica e produtiva do grupo de 1.307.940 estabelecimentos agropecuários familiares (29,95% do total) que descobrimos existir no rural, mas não obtiveram ou não declararam receitas de atividade agropecuária em 2006. Boa parte destes estabelecimentos, especialmente aqueles com valor de produção e área inferior a 20 hectares, formado por 637.911 unidades (48,77% do total), vive em condições muito precárias e de vulnerabilidade. Na verdade, trata-se da pobreza rural, pois são estabelecimentos com área média de apenas 4,14 hectares com receitas igualmente muito

pequenas. Muito provavelmente, para estes estabelecimentos, as políticas de crédito para custeio e investimento, notadamente o PRONAF, são inadequadas, assim como os demais programas que visam aumentar a geração de excedentes agrícolas através do incremento de fatores produtivos que são precários e insuficientes.

8. AGRADECIMENTOS

Os autores deste relatório desejam manifestar seu agradecimento aos colegas Professor Paulo Waquil e Professor Marcelo Conterato do PGDR/UFRGS e ao Professor Mauro Del Grossi, da UNB, assim como ao Msc. Fabiano Escher pelas discussões e comentários acerca das definições metodológicas utilizadas. Dedicamos um agradecimento especial à inestimável e indispensável ajuda de Henrique Noronha Figueiredo de Brito e a acolhida de Antonio Carlos Simões Florido do IBGE, que nos ajudaram a desenvolver a metodologia e pacientemente nos ajudaram a resolver os impasses metodológicos desta pesquisa.

Igualmente desejamos agradecer a Divisão América Latina y el Caribe do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) que apoia financeiramente este estudo no âmbito do projeto “Análisis de pobreza y desigualdad rural en América Latina” através do Rimisp-Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural. Também agradecemos aos colegas responsáveis pelos relatórios dos outros países: Antonio Yúnez-Naude (México), Wilson Romero (Guatemala), Absalón Machado (Colombia), Luciano Martínez (Ecuador) e especialmente Julio Berdegué e sua equipe do RIMISP

9. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY R.;MORELLO T.F. A democracia na raiz das novas dinâmicas rurais brasileiras, In *International Conference Dynamics of Rural Transformations in Emerging Economies*, April 14-16, 2010, New Delhi, India.

ABRAMOVAY, R. (2007). “Agricultura familiar e assentamentos. Estudos prospectivos territoriais e temáticos referenciados no território - Subsídio à elaboração do PPA”. Nota Técnica, CGEE.Brasília.

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo, Anpocs; Unicamp;Hucitec, 1992

ALVES, E., ROCHA, D. P. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, J. G. VIEIRA FILHO, E.R.; NAVARRO, Z.(Orgs.) Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas._Brasília, Ipea, 2010.

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. 12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996 2008): uma reflexão crítica. Revista de extensão e estudos rurais, Viçosa, v. 1, n. 2,p. 309

347, jul./dez. 2011.

AQUINO, J.R. Dimensão e localização do público potencial do Pronaf “B” no Brasil: uma análise a partir do censo agropecuário 2006. Trabalho apresentado no 49º Congresso da SOBER. Belo Horizonte Grande. 2011.

BERDEGUÉ, J.L.; REARDON, T. e ESCOBAR, G. La creciente importancia del empleo y el ingreso rurales no agrícolas. In: ECHEVERRÍA, R.G (Ed.) Desarrollo de las economías rurales. Washington, Banco Interamericano de Desarrollo – BID, 2001

BIANCHINI, V. Las políticas de desarrollo agropecuario y rural en el contexto internacional: estudio de caso Brasil. México/Brasília, SAGARPA/FAO/BR, Volume II, 2012.

BRANDAO, C. R. **Plantar, colher, comer**: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Graal, 1981. 181 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> Acesso em agosto 2013.

BUAINAIN, A.M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J.M. NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. Revista de Política Agrícola, junho de 2013 – ano XXII, n.2.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. *Textos para Discussão*, Brasília, Ipea, n. 621, 1999.

CARDOSO DE MELLO, J.M e NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. São Paulo, Ed. UNESP/FECAMP, 2009, Caps. 5, 6 e 7 (p.69-104);

CARTER, M. (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Edunesp, 2010.

CARVALHO Fº, J.J. Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e nova reforma agrária. In: LEITE, S. Org. Políticas Públicas e Agricultura no Brasil. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2001

CARVALHO, H. M. O campesinato no século XIX: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis, Vozes, 2005

CONDRAF. Documento Final da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento rural Sustentável e Solidário. Brasília, Condraf/MDA, Agosto de 2008;

CONTINI, E. et ali. Dinamismo da agricultura brasileira. Revista de Política Agrícola, Edição especial, Julho 2010.

DEL GROSSI, M. E. ; MARQUES, V. Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), v. 18, p. 127-157, 2010.

DELGADO, G. A Política da Previdência Rural. In: Maya Takagi; José Graziano da Silva; Walter Belik. (Org.). Combate à Fome e a Pobreza Rural. 197ed.: Instituto Cidadania, 2002.

_____ Condições de Reprodução Econômica e Combate à Pobreza nas Famílias dos Aposentados Rurais. In: Principais Resultados da Pesquisa Domiciliar sobre a Previdência Rural na Região Sul do Brasil (Projeto de Avaliação Socioeconômica da Previdência Social Rural). IPEA, TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 734, 2000.

_____ Universalização de Direitos Sociais no Brasil: A Previdência Rural nos Anos 90. In: Sergio Leite. (Org.). Políticas Públicas e Agricultura no Brasil. 2aed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DELGADO, G. C. A Modernização Conservadora da Agricultura Brasileira – 1965-1985. In: Do ‘capital financeiro na agricultura’ à economia do agronegócio. POA/RS, Ed. UFRGS, 2012.

DELGADO, N.G. Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional. Brasília, Condraf/MDA; Fev.2009.

DIAS, G.L.S. Dificuldades de mudar : o caso da política agrícola no Brasil. In: GASQUES, J. G. VIEIRA

FILHO, E.R.; NAVARRO, Z.(Orgs.) Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas._Brasília, Ipea, 2010.

DINIZ, E. O Contexto Internacional e a Retomada do Debate sobre Desenvolvimento no Brasil Contemporâneo (2000/2010). DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro vol. 54, no 4, 2011, pp. 493 a 531.

FAO/INCRA. Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, Versão Resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, 1994.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional Ou “inovação por adição”? São Paulo//USP, Estudos Avançados 24 (68), 2010

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? Estudos Avançados, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010.

FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V.21, nº 62 São Paulo, Out. 2006.

FERNANDES, B. M. ; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (Orgs.) . Lutas camponesas contemporâneas: a diversidade das formas das lutas no campo. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2009

FERNANDES, B. M. . Campesinos e procesos rurales: diversidad, disputas y alternativas. Boletim DATALUTA, v. 44, p. 1-12, 2011.

FGV/IBRE. Quem produz o que no campo: quando e onde II: censo agropecuário 2006: resultados: Brasil e regiões . Brasília: CNA, 2010. 192 p.

FRANÇA, C.G. ; DEL GROSSI, M. E. ; MARQUES, V. . O censo agropecuário 2006 e a Agricultura familiar no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009. 96p .

FRANÇA, C.G. ; DEL GROSSI, M. E. ; MARQUES, V. A agricultura familiar faz bem ao Brasil. BRASÍLIA, SAF/MDA, 2010 (não publicado).

GARCIA JÚNIOR, A. O Sul: caminho do rogado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora UnB/MCT-CNPQ, 1989. 285 p.

GASQUES, J. G. VIEIRA FILHO, E.R.; NAVARRO, Z.(Orgs.) Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília, Ipea, 2010.

GAZOLLA, M e SCHNEIDER, S. Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise Do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul RESR, Piracicaba-SP, Vol 51, Nº 1, p. 045-068, Jan/Mar 2013

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: uma análise a Partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2004.

GERMER, C. A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola. In: Revista Reforma Agrária, Vol. 31, Nº 01, Jan/abril, 2002, p. 47-62;

GILHOTO, J.J.M.; AZZIBUM C,R.; SILVEIRA, F.G. et al. PIB da Agricultura Familiar: Brasil e

Estados. Brasília; MDA, 2007 (NEAD Estudos 19).

GRAZIANO DA SILVA, J. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas, Editora da UNICAMP, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, (Coleção Pesquisas, 1), 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. Tecnologia e Agricultura Familiar. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1999

GRISA, C. A produção “pro gasto”: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2007.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A produção para autoconsumo no Brasil no Brasil: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006. Relatório de Pesquisa. Projeto de Cooperação Técnica IPEA/PGDR 2010/2011 – Análise Multidimensional dos Dados do Novo Censo Agropecuário. Brasília, 2013.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o Desenvolvimento rural. Revista de Economia e Sociologia Rural. Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 301-328, abr/jun 2007

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATTO, A. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v.50, n.2, 2012

GUANZIROLI, C. E. *et al.* Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUANZIROLI, C.E. *et al.* Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288 p.

GUANZIROLI, C.H. e CARDIM, S. E. (Coord.) Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília, 2000

HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164 p.

HEREDIA, B., PALMEIRA, P., LEITE, S. Sociedade e economia do agronegócio no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 25, nº 74, 2010.

HOFFMANN, R. e NEY, M.G. Evolução recente da estrutura fundiária e propriedade da terra no Brasil. In: Gasques, J.G.; Vieira Fº, J.E.R.; Navarro, Z. Agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília, IPEA/MAPA, 2010.

HOFFMANN, R. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (org.). Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro, Ipea, 2000.

HOUTZAGER, P. Estado e sindicato na transformação do mundo rural brasileiro – 1964-1979. In: Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995). São Paulo. Ed. Globo, 2004.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2006 – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2006: Manual do recenseador. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc1131.pdf>.

INCRA/FAO. Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto. Brasília: MDA/INCRA, fev. 2000.

INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. Notícia sobre a seca na Amazônia e Região Nordeste (19 outubro 2006). Disponível em: http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=492

KAGEYAMA, A. A; BERGAMASCO, S. M. P. P; OLIVEIRA, J. T. A. Uma tipologia dos Estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do Censo de 2006. Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba, v.51, n.1, 2013

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M.; OLIVEIRA, J. A. Caracterização dos estabelecimentos De assentados no Censo Agropecuario 2006. In: **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 51, Nº 1, p. 105-122, Jan/Mar 2013 – Impressa em Abril de 2013.

LAMARCHE, H. (Coord.) L'Agriculture Familiale II: d'utopie à la réalité. Paris, L'Harmattan, 1994.

LAMARCHE, H. (Coord.). A agricultura familiar I: uma realidade multiforme. Campinas,

Editora da UNICAMP, 1993.

LEITE, S. e DELGADO, N. (Orgs.). Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil. Brasília: IICA,(Série desenvolvimento rural sustentável; v.14), 2011.

LEITE, S. P. Autoconsumo y sustentabilidad en la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia brasileña. *In*: BELIK, W. Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en América Latina. Sao Paulo: HUCITEC, 2004, p. 123-181.

LEITE, S.P. Estado, padrão de desenvolvimento e agricultura: o caso brasileiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*. R.J., 13(2): 280-332, 2005

LINHARES, M. Y. e TEIXEIRA DA SILVA, F. C. *História da agricultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOPES, I.V.; ROCHA, D.P. Agricultura Familiar: muitos produzem pouco”. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, vol. 59, número 2, pp. 30-34, fevereiro de 2005.

MANZANAL, M. e SCHNEIDER, S. Agricultura familiar y políticas de desarrollo rural en Argentina y Brasil (análisis comparativo, 1990-2010). Buenos Aires/Argentina, revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios. Nº 34, 1º Semestre 2011.

MARQUES, V. ; DEL GROSSI, M. E. ; FRANÇA, C.G. . O censo 2006 e a reforma agrária: Aspectos metodológicos e primeiros resultados. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012. v. 1. 108p

MARQUES, V. Os beneficiários da reforma agrária no Censo Agropecuario de 2006: Aspectos metodológicos. Brasília: Texto para discussão interna. MDA, out. 2010.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? *Lua Nova*, nº 23, p. 7-38, 1991

MARTINS, J. S. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2004.

MARTINS, J.S. Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil. Seminário “Dilemas e Perspectivas para o Desenvolvimento Regional no Brasil”. FAO Santiago, Chile, 11-13 de dezembro de 2001.

MARTINS, J.S. O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta. SP. Ed. Hucitec, 2ª Edição, 1999.

- MARTINS, J.S. Os camponeses e a política. As lutas sociais no campo e seu lugar no Processo político, RJ., Ed. Vozes, 1ª Edição, 1981.
- MATTEI, L. Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica. Brasília (DF), SAF/MDA, 2011.
- MEDEIROS, L. S. "Agricultura familiar no Brasil: aspectos da formação de uma categoria política". En: MANZANAL, M y NEIMAN. G., *Las agriculturas familiares del MERCOSUR. Trayectorias, amenazas y desafíos*, Ed. Ciccus, Buenos Aires, 2010.
- MEDEIROS, L. S. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. São Paulo Em Perspectiva, Fundação SEADE, v.11, n.2, abr-jun, 136 p, 1997.
- MEDEIROS, L.S. "‘Sem Terra’, ‘Assentados’, ‘Agricultores familiares’: considerações sobre Os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros". En GIARRACA, N.(Comp.) *Una Nueva Ruralidad en America Latina?* CLACSO, Buenos Aires, 2001.
- MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a Agricultura familiar a partir dos saberes e praticas da alimentacao. Revista de nutrição, v. 21, jul./ago. 2008. (Suplemento). Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v21s0/13.pdf>>.
- NAVARRO, Z. (Org.). *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.
- NAVARRO, Z. *A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica*. In: GASQUES, J.G; VIEIRA FILHO, J.E.R.; NAVARRO, Z, *A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA/MAPA, 2010
- NAVARRO, Z. e CAMPOS, S.K. (Orgs). *A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?* Brasília, CGEE, 2013.
- NAVARRO, Z. e PEDROSO, M. T. M., *A agricultura familiar no Brasil. É preciso mudar para avançar. Textos para discussão*, Brasília, Embrapa Informação Tecnológica, nº 42, 2011.
- NEY, M.G., E HOFFMANN, R. Educação, concentração fundiária e desigualdade de rendimentos no meio rural brasileiro RESR, Piracicaba, SP, vol. 47, nº 01, p. 147-182, jan/mar 2009.
- PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S. Diversificação agrícola e não agrícola da agricultura familiar. In:

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

PICOLOTTO, E.L. As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), CPDA/ UFRRJ, Rio de Janeiro, 2011.

PLOEG, J. V der. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. POA, Ed. UFRGS, 2008

RABELO, M. M. O Programa Bolsa Família e o Cadastro Único em Porto Alegre: Institucionalidade e perfil dos beneficiários. Fee. Textos para discussão. 2011.

SABOURIN, E. Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

SALLUM Jr., B. Desenvolvimento e desenvolvimentismo. Revista FAAC, Bauru, v.1, n.2, p. 129-134, out.2011/mar. 2012

SALLUM Jr., B. Metamorfoses do Estado no final do século XX. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 35-55, 2003.

SANTOS, M.J. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. In: Revista Estudos Avançados, São Paulo, USP, Vol. 16, Nº 44, 2001.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A; SOUZA, M; ESCHER, F; SCARTON, L. M; RUCKERT, L. Pluriatividade e plurirrendimentos nos estabelecimentos agropecuários do Brasil e das regiões Sul e Nordeste: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006. Brasília: IPEA, 2013. (Relatório de Pesquisa).

SCHNEIDER, S; SHIKI, S.; BELIK, W. Towards a new rural development in Brazil: overcoming agrarian and social inequalities and building new markets through food, agricultural and environmental policies. RIVISTA DI ECONOMIA AGRARIA/a. LXV, n. 2, giugno 2010;

SCHNEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. Revista De Política Agrícola, Brasília, a.16, n.3, jul/set. 2007, pp.15-34.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas de investigação. In: GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Org.) La pluriactividad en el campo latinoamericano. 1ed. Quito/Equador: Editora Flacso – Serie

FORO,2009, v.1, pp.132-161.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. Revista RURIS, Campinas/UNICAMP/SP, Vol. 4; Nº 01, Março,2010.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate.

Revista de Economia Política, vol. 30, nº 3 (119), pp. 511-531, julho-setembro/2010

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF

– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. C.; MARQUES, P. E. M. (Orgs). Políticas públicas e participação social no Brasil rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das Formas familiares na agricultura. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (ed.) SAVANAS: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina/DF, Embrapa, 2008.

THÉRY, Hervé e MELLO, Neli Aparecida. *Atlas do Brasil – Disparidades e dinâmicas do território*.

São Paulo: Editora da Universidade de S. Paulo, 2005. 312 p.

TOLEDO, E.N. e SCHNEIDER, S. PRONAF: os limites e contradições da política de crédito para a agricultura familiar. Trabalho apresentado no 51º Congresso da SOBER, Belém/Pará, Julho 2013.

VEIGA, J. E. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. São Paulo, Hucitec, 1991.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-62, 2003

WANDERLEY, M. N. B. O mundo rural como um espaço de vida. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 394 p, 1999. p. 23 56.

WEISSHEIMER, M. A. Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que Está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, 160p.

WILKINSON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema alimentana América latina. In: Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n.21, 2003.